

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Minas Gerais



OTAVIO DULCI
ORG.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Minas Gerais

2000-2015



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2016

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Elaine Andreoti

Coordenação e organização: Otávio Dulci

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M663 Minas Gerais 2000-2015 / Otávio Dulci, org. – São Paulo : Editora
Fundação Perseu Abramo, 2016.
116 p. : il. ; 23 cm. – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-041-6

1. Minas Gerais - Política. 2. Minas Gerais - Economia. 3. Minas Gerais
- Aspectos sociais. 4. Minas Gerais - Políticas sociais. I. Dulci, Otávio. II. Série.

CDU 32(815.1)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

5	APRESENTAÇÃO
9	INTRODUÇÃO
11	TERRITÓRIO
15	POPULAÇÃO
25	ECONOMIA
45	SITUAÇÃO SOCIAL
55	EDUCAÇÃO
69	SEGURANÇA PÚBLICA
77	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
83	INFRAESTRUTURA: TRANSPORTES E ENERGIA
91	SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
103	ESTADO E GESTÃO PÚBLICA
111	PERSPECTIVAS
113	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou

das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

MINAS GERAIS 2000-2015

OTAVIO DULCI
ORG

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

Este livro apresenta um panorama da situação atual de Minas Gerais, abrangendo os seus aspectos mais importantes. Toma como referência a trajetória do estado no século XXI, a partir de 2000. Assim, teremos uma visão do desenvolvimento recente, suplementada com outras fontes de informação.

A sequência de capítulos se inicia com uma exposição do quadro territorial e demográfico. Prossegue com a análise da economia estadual. O terceiro tema diz respeito às dimensões sociais da realidade mineira, assim como das respectivas políticas públicas. Em quarto lugar são tratadas as áreas de infraestrutura. Faz-se em seguida um exame sucinto dos problemas da gestão governamental, que conclui o diagnóstico.

O foco recai sobre Minas Gerais, mas considerando sua inserção no contexto nacional e suas interfaces internacionais. Assim, será observado o impacto das políticas e programas federais no cenário regional. E, da mesma forma, não se pode ignorar o efeito exercido pelas flutuações econômicas globais sobre um sistema produtivo, como o mineiro, com acentuada vocação exportadora.

Duas observações são necessárias. A primeira é que este levantamento não se esgota em si mesmo, mas pretende conduzir a propostas e indicações de políticas, sucintamente apontadas na seção final do volume. A segunda

se refere à atenção que deve ser dada às diferenças internas ao estado, de modo a desagregar as informações, quando possível, para as suas partes componentes.

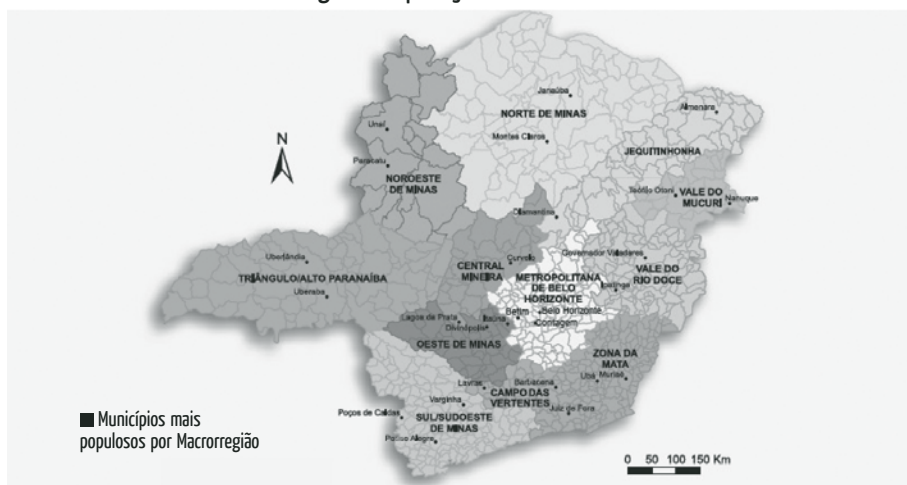
O estudo contou com a colaboração de diversos especialistas e conhecedores de temas específicos, aos quais registramos nossos agradecimentos: Conceição Rezende, Bruno Lazarotti Diniz Costa, Dan Avritzer, Luiza Borges Dulci, Mônica Maria de Souza e Rodrigo Campos. Reconhecimento especial é devido ao economista Cezar Manuel de Medeiros, por sua contribuição para a análise da situação econômico-financeira aqui elaborada. A presidente da CUT estadual, Beatriz Cerqueira, nos convidou para dois eventos em que apresentamos análises preliminares deste trabalho e pudemos receber ideias e informações que enriqueceram a pesquisa. Para a elaboração de tabelas e gráficos contamos com a ajuda de Vinicius Tavares de Oliveira.

TERRITÓRIO

A fisionomia territorial de Minas Gerais é elemento decisivo para se compreender seus traços atuais e, mais ainda, sua formação histórica. O Mapa 1 contém a divisão do estado em mesorregiões, conforme o critério oficial de regionalização. Nele constam também os principais centros urbanos de cada uma, para facilitar a identificação.

Mapa 1

Minas Gerais e sua divisão em regiões de planejamento



Fonte: Fundação João Pinheiro (2012).

Trata-se de um estado muito heterogêneo, cuja unidade é basicamente político-administrativa, sem grande integração econômica nem cultural entre suas partes. E essa característica se liga, em grande medida, ao processo de ocupação do território com seus desdobramentos ao longo do tempo.

A ocupação inicial se deu com a descoberta do ouro, em fins do século XVII. Houve um grande afluxo de pessoas no decorrer do século XVIII, vindas primeiro de São Paulo, em seguida de outras áreas do Brasil e principalmente de Portugal. A aquisição de escravos foi intensa. A atividade aurífera fixou população e gerou cidades na área central (hoje chamada de Zona Metalúrgica), onde ficavam as principais minas de ouro. O centro político-administrativo ali se estabeleceu e permanece até hoje.

A mineração do ouro decaiu na segunda metade daquele século, mas já então a população mineira detinha a primazia no Brasil, condição que manteve até o início do século XX. A tabela a seguir dá uma ideia dessa evolução com os dados dos primeiros censos demográficos:

Tabela 1**População do Brasil e de Minas Gerais (1872-1940)**

Ano do Censo	Brasil	Minas Gerais	% MG/Brasil
1872	9.930.478	2.039.735	20,54
1890	14.333.915	3.184.099	22,21
1900	17.438.434	3.594.471	20,61
1920	30.635.605	5.888.174	19,22
1940	41.236.315	6.736.368	16,34

Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00. Tabela 1.4 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1872/2010.

Com a maior população, Minas possuía também uma parcela elevada de poder no cenário nacional, o que se evidenciou na época da Monarquia e continuou na Primeira República.

A maior parte dos habitantes, após o auge da mineração, se transferiu do meio urbano para o rural. Esse singular processo de ruralização significou a ocupação humana e produtiva das demais zonas do atual território mineiro no decorrer do século XIX. A data de fundação dos municípios é bem reveladora dessa história.

Economicamente, a extração do ouro não foi substituída por outra atividade tão lucrativa. Daí a imagem de decadência da região que surgiu

e perdurou, em contraste com a opulência anterior. Essa imagem exerceu forte efeito político, pois motivou esforços de sucessivas gerações da elite mineira para implantar estratégias de recuperação econômica. No entanto, era uma visão demasiado pessimista. Houve crescimento, talvez lento, mas não decadência. O fato de que a população permaneceu dentro de Minas, inclusive o vasto contingente de escravos, indica que a economia se reciclou, em atividades de subsistência e de produção comercial. Expandiu-se um circuito entre as localidades, que dava para sustentar toda aquela sociedade. Esta é a base do desenvolvimento da agricultura para o mercado interno (notadamente cereais) e da importante pecuária regional, de bovinos e suínos, com seus subprodutos, como o leite, os queijos e as carnes de porco, tão característicos da presença mineira no Brasil.

A cultura do café se estabeleceu no meio do século XIX, na Zona da Mata, trazendo consigo as ferrovias e financiando indústrias, porém só na Mata o nexo café-indústria funcionou. O segmento têxtil, que era o carro-chefe da indústria, se fixou também em outras partes, sobretudo na velha área central, baseada no capital de comerciantes e fazendeiros. Houve também algum investimento estrangeiro em setores específicos.

A indústria mineira, que começou com a mineração, prosseguiu com tecidos e alimentos (laticínios, açúcar) e se estendeu para outros bens de consumo familiar. Esse modelo era interessante para incentivar empreendimentos nas diversas zonas do território mineiro. O governo favorecia a diversificação produtiva conforme as vocações locais, abrangendo não só a indústria como também a agricultura que se procurava modernizar. Era uma espécie de política de substituição de importações, mas que só funcionaria num cenário de relativo isolamento. Porém, tão logo o mercado brasileiro se nacionalizou, nos anos 1930, a situação de Minas se revelou difícil diante de seus vizinhos mais competitivos.

Em meados do século XX, o foco se deslocou para a especialização produtiva, com base nos vastos recursos minerais da região. A siderurgia já estava em andamento desde antes e ganhou centralidade. Ao mesmo tempo, expandiu-se a mineração em escala moderna, principalmente do ferro, com a criação da Cia.Vale do Rio Doce. Esta opção nunca agradou inteiramente aos mineiros, mas foi trazendo resultados sob a forma de impostos, empregos e salários, junto com grandes passivos ambientais.

O novo modelo de especialização parecia mais viável no cenário econômico do Brasil pautado pelo nacional-desenvolvimentismo. No entanto, supunha concentração de capitais e de renda nas regiões dinâmicas, como o Centro, a Zona Metalúrgica e o contíguo Vale do Aço, onde se localizam as principais usinas siderúrgicas. As desigualdades internas ao estado foram assim acentuadas.

Não obstante, novas possibilidades de desenvolvimento econômico se abriram para outras zonas do estado.

A cafeicultura voltou a ganhar proeminência no último quarto do século XX, quando Minas se tornou o principal estado produtor. Ocupa parte relevante da Zona Sul, mas não se limita a esta, pois emergiram outras áreas promissoras, como a do café do Cerrado.

Outras culturas comerciais ganharam espaço, em particular a soja e a cana. No Triângulo Mineiro se implantaram muitas usinas de açúcar e álcool. Prossegue a produção de cereais para o mercado interno, atividade tradicional. O mesmo acontece com a pecuária. A indústria de laticínios é uma marca do estado. Houve apenas deslocamento dos polos de produção – por exemplo, a Mata/Mantiqueira decaiu, e o Sul avançou.

Os resultados e os dilemas atuais desse cenário serão examinados neste volume, quando tratarmos das perspectivas de desenvolvimento do estado. Diremos apenas que as Minas de Ouro, nos seus primeiros tempos, constituíam um caso exemplar da “maldição dos recursos naturais”. E, como a fechar o círculo, esta é uma discussão que está posta hoje, a propósito dos altos e baixos da pauta mineira de exportações.

POPULAÇÃO

O Censo de 2010 registrou para o estado de Minas Gerais um total de 19.597.330 habitantes, sendo 9.641.877 homens e 9.955.453 mulheres. O resultado surpreendeu pelo baixo crescimento:

Entre 2000 e 2010 a taxa anual de crescimento ficou em torno de 0,91%, bem menor que a verificada nas últimas décadas, sempre mais ou menos constante em torno de 1,5%. Apenas quatro estados tiveram taxa de crescimento populacional menor que a de Minas Gerais: Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Paraíba. (FJP, 2011a, p. 1).

Com esse dado, a participação mineira na população do país caiu para 10,27%. Há 100 anos representava mais de 20%, como vimos na Tabela 1.

A queda paulatina se explica por diversos fatores. Um deles é a mudança na ocupação humana do território brasileiro, pela interiorização da população em vastas áreas quase vazias, como os estados do Centro-Oeste e do Norte. Este seria um fator exógeno, mas houve também elementos internos a Minas. A intensa emigração, com saldo migratório negativo, marcou a fisionomia do estado ao longo do século XX. E, acima de tudo, deu-se a redução da taxa de fecundidade. Em 1970 era de 6,3 filhos por mulher em idade reprodutiva. Em 2000, caiu para 2,2 filhos. E em 2010 caiu ainda mais para 1,8; ou seja, abaixo do nível de reposição.

Isso significa diminuição gradual do número de crianças no conjunto da população. Por outro lado, a taxa de mortalidade também recuou, resultando no aumento das faixas etárias mais velhas. Quando se analisa a evolução do perfil etário da população, esses desenvolvimentos aparecem claramente. A Figura 1 é bem ilustrativa.

O estreitamento da base da pirâmide etária se acentuou no começo do século XXI. Podemos supor que a pirâmide tende a se transformar em losango. Observe-se a Figura 2.

A faixa de 0 a 4 anos totalizava 9% em 2000 e caiu para 6,5% em 2010. Já a proporção de mineiros acima de 65 anos subiu de 6,5% para 8,2% entre 2000 e 2010.

Esta é uma situação que tem despertado o interesse dos especialistas nos estudos de população, pois caracteriza a chamada transição demográfica. A composição populacional de Minas, nesse sentido, está se aproximando daquela das sociedades mais desenvolvidas em termos socioeconômicos: menos crianças e mais idosos. Diminui a taxa de fecundidade e o mesmo ocorre com a taxa de mortalidade.

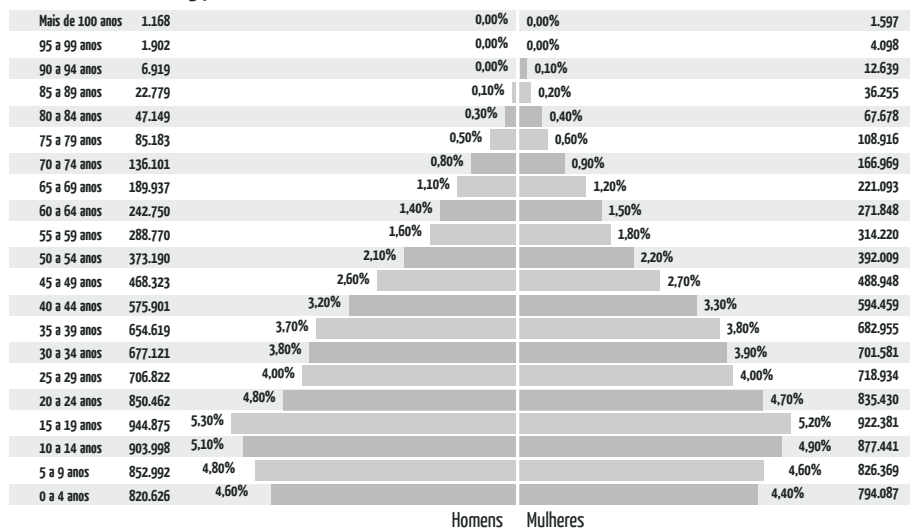
Não se trata somente de constatação de cunho acadêmico. Ao contrário, há graves implicações para a agenda das políticas públicas. A transição demográfica impõe uma revisão de prioridades que contemple as novas situações. (FJP, 2011a, p. 2).

Assim, há que se investir mais na saúde de adultos, no cuidado com idosos, na assistência a essa faixa etária. Com o tempo, menor volume de recursos será necessário para a saúde materno-infantil, sem prejuízo do bom atendimento às crianças e às suas mães. O mesmo vai ocorrer com a educação infantil, quando ela estiver universalizada. Havendo menos pressão pela quantidade de usuários, pode-se melhorar a qualidade dos serviços.

Observando a atual pirâmide etária, constata-se que o grupo maior é o de jovens, correspondendo à faixa dos 15 aos 30 anos. Políticas públicas para a juventude estão emergindo no Brasil, mas ainda temos um longo caminho a percorrer para contemplar de fato essa parcela da população. Seja em termos de educação, de profissionalização, de emprego, de cultura e de participação cidadã. Houve iniciativas relevantes por parte do governo federal, que beneficiaram os jovens mineiros, sobretudo no tocante à educação profissional. No âmbito da administração estadual, no entanto, estas políticas são praticamente inexistentes.

Figura 1

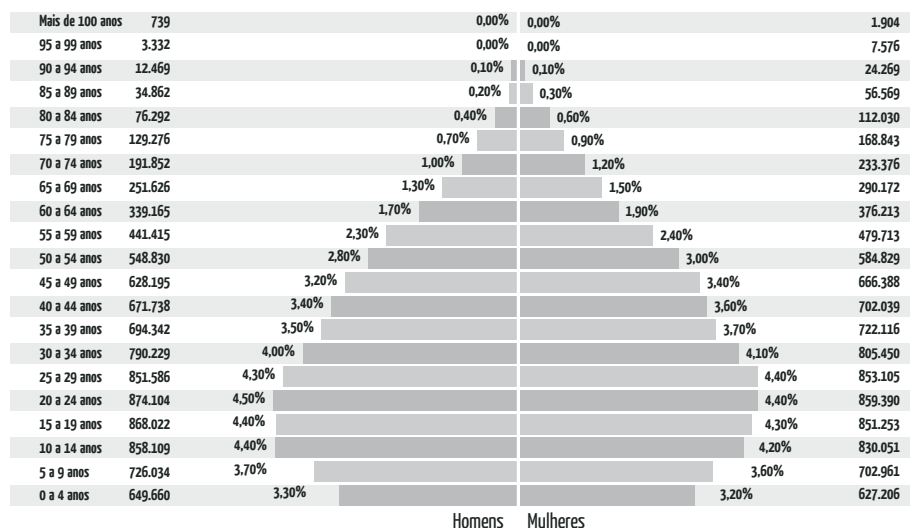
Pirâmide etária - 1970/2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Figura 2

Pirâmide etária atual



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

É certo que a referida transição não acontece de modo homogêneo através do território. É mais rápida nas áreas de feição urbano-industrial e mais lenta nas áreas rurais. Portanto, as políticas públicas devem considerar a heterogeneidade da dinâmica populacional e calibrar suas ações de acordo com ela.

Isso nos leva a apresentar uma dimensão relevante da trajetória mineira: o seu processo de urbanização. Este é uma expressão bastante visível das mudanças socioeconômicas que o estado viveu nas últimas décadas. No passado, a proporção da população urbana de Minas era sempre menor do que a do Brasil em seu conjunto, mas no século XXI ela passou a ser maior. Veja-se essa evolução através dos Censos:

Tabela 2**População urbana de Minas Gerais e do Brasil em % (1940-2010)**

Ano do Censo	Minas Gerais	Brasil
1940	25,04	31,24
1950	29,85	36,16
1960	39,80	44,67
1970	52,96	55,92
1980	67,28	67,70
1991	74,87	75,47
2000	82,0	81,25
2010	85,3	84,35

Fontes: Dados censitários. Percentuais calculados pelo autor.

Os Censos utilizam um critério administrativo para designar a população urbana: ela compreende os moradores de sedes de municípios e de distritos. Esse critério superdimensiona o urbano em relação ao rural, pois um grande número de cidades, para não falar de vilas que sediam distritos, são muito mais rurais que urbanas em termos econômicos, sociais e culturais. É o que tem ressaltado a discussão sobre as novas ruralidades no Brasil.

Tal consideração leva a qualificar os números da tabela 2, mas é inegável o ritmo da urbanização em Minas. O crescimento urbano se concentrou na área metropolitana de Belo Horizonte e em algumas dezenas de cidades maiores. Em contraste, alguns censos revelaram a perda de população, em números absolutos, de muitos municípios, não apenas de zonas muito pobres, como o vale do Jequitinhonha, mas inclusive da Zona da Mata, limítrofe do Rio de Janeiro.

Sendo Minas era um estado de emigrantes, conclui-se que a inchação das grandes cidades deriva em boa parte do êxodo rural (ou semirrural) a partir dos pequenos municípios agropecuários. Seria uma migração interna ao próprio estado, fruto das disparidades regionais, da estagnação econômica de certas zonas e da modernização tecnológica que atropela outras zonas, rompendo com o seu estilo de vida tradicional e desenraizando seus habitantes.

A população do estado, desagregada por regiões de planejamento, foi assim apurada em 2010:

Tabela 3

População de Minas Gerais por regiões (2010)

Metropolitana de BH	6.236.118
Sul/Sudoeste de Minas	2.438.610
Zona da Mata	2.173.374
Triângulo/Alto Paranaíba	2.144.482
Vale do Rio Doce	1.620.993
Norte de Minas	1.610.413
Oeste de Minas	955.029
Jequitinhonha	699.414
Campos das Vertentes	554.354
Central Mineira	412.716
Vale do Mucuri	385.413
Noroeste de Minas	366.418

Fonte: Censo Demográfico de 2010.

A distribuição populacional por regiões pode ser complementada pela lista dos municípios mais populosos, os quais se distribuem pelas diversas áreas do estado (Tabela 4, p. 20).

Minas Gerais possui 853 municípios e estes são os vinte mais populosos. Nota-se o peso relativo da região metropolitana de Belo Horizonte, com oito municípios entre os vinte. O Sul de Minas e a Zona da Mata são as regiões seguintes em população, conforme a Tabela 3, mas aparecem pouco na listagem. É que elas possuem um grande número de municípios (respectivamente 146 e 143), com população de média para pequena. E as áreas desses municípios também não são muito extensas, devido às periódicas subdivisões que os afetaram a partir do século XIX. Já na porção norte do estado o número de municípios é proporcionalmente menor, as respectivas áreas são bem mais extensas e a ruralidade é mais pronunciada.

Tabela 4

Municípios mais populosos de Minas Gerais (2010)

Município	População	Localização regional
Belo Horizonte	2.375.151	Metropolitana
Uberlândia	604.013	Triângulo
Contagem	603.442	Metropolitana
Juiz de Fora	516.247	Zona da Mata
Betim	378.915	Metropolitana
Montes Claros	361.915	Norte de Minas
Ribeirão das Neves	296.317	Metropolitana
Uberaba	295.988	Triângulo
Governador Valadares	263.689	Vale do Rio Doce
Ipatinga	239.468	Vale do Rio Doce
Sete Lagoas	214.152	Metropolitana
Divinópolis	213.016	Centro-Oeste
Santa Luzia	202.942	Metropolitana
Ibirité	158.954	Metropolitana
Poços de Caldas	152.435	Sul de Minas
Patos de Minas	138.710	Alto Paranaíba
Teófilo Otoni	134.745	Vale do Mucuri
Pouso Alegre	130.615	Sul de Minas
Barbacena	126.284	Campos das Vertentes
Sabará	126.269	Metropolitana

Fonte: Censo Demográfico de 2010.

Vejam agora um último aspecto do cenário demográfico de Minas: a migração. Informações sobre emigração e imigração são indispensáveis para complementar a análise de sua dinâmica populacional

Já foi mencionada a importância do fenômeno da emigração na trajetória do estado. Com efeito, houve um fluxo constante de emigrantes ao longo do século XX – em geral para estados vizinhos, como São Paulo e Rio de Janeiro; em meados do século para o Paraná e para Brasília e, mais recentemente, para a fronteira agrícola do Norte (Tocantins, Pará, Rondônia etc.). A emigração para o exterior também ganhou destaque, sobretudo nas últimas décadas do século XX, com o declínio da economia e da oferta de empregos no país. Há uma vasta colônia de mineiros nos Estados Unidos e algo semelhante se esboçou em Portugal.

O problema preocupou as elites mineiras e pode-se mesmo afirmar que a perda de população foi um dos principais fatores das iniciativas de

recuperação da economia estadual que perpassaram o século XX (Dulci, 1999). Entre 1920 e 1940, a emigração para outros estados abrangeu 10,5% da população. Nos censos seguintes, o cálculo do saldo migratório (equivalente à diferença entre o número de mineiros residentes fora do estado e o número de não-mineiros residentes em Minas na data da coleta dos dados) mostrou resultado negativo de 1.156.371 habitantes em 1950; 1.652.291 em 1960; 2.764.897, em 1970 e 3.335.148, em 1980 (Dulci, 1999, p. 72). Para se avaliar o que esse *déficit* representava, considere-se que a população total de Minas era respectivamente de 7.782.188 (1950); 9.960.040 (1960); 11.645.095 (1970), e 13.651.852 (1980).

Houve uma reversão da tendência na década de 1990, despertando a expectativa positiva de que a perda constante de população estaria estancada:

A estimativa obtida através dos dados da PNAD de 1998 revela, pela primeira vez no século XX, uma mudança importante na história mineira: o saldo migratório interestadual, entre 1993/1998, foi favorável a Minas, em pouco mais de 16 mil pessoas. Parece evidente a tendência de Minas Gerais de aumentar a sua capacidade de atração da população de outros estados, inclusive imigrantes de retorno, assim como da sua capacidade de retenção dos mineiros. (Brito e Horta, 2002, p. 8).

No entanto, entre 2005 e 2010 os números de Minas Gerais voltaram a registrar *déficit* migratório, ainda que em pequena escala: menos 14.105 habitantes. Pode ser uma ligeira inflexão em torno de um ponto de equilíbrio, de modo que teríamos, a cada levantamento estatístico, pequenas oscilações para mais e para menos. É provável que não volte a sangria de habitantes em massa, uma vez que a melhoria relativa das condições internas reduz o ritmo do êxodo, ao passo que os fatores de atração para outras partes do país já não exercem o mesmo impacto do passado. E há, além disso, a redução do crescimento da população, que alivia a pressão interna.

Quanto à emigração internacional, segundo estimativa do Censo de 2010, os mineiros formavam o contingente mais numeroso de brasileiros nos Estados Unidos (43,2%) e em Portugal (20,9%). Estes eram os dois principais países de destino de emigrantes brasileiros. Contudo, entre os estados, São Paulo tinha mais naturais fora do país (106.099) do que Minas

(82.749), destacando-se o Japão como país de destino dos paulistas. Ao todo, foram estimados 491.645 brasileiros residentes no exterior naquele ano. No entanto, esse número é muito inferior ao que geralmente se estima por outras vias (principalmente pelo serviço diplomático brasileiro) e o próprio IBGE reconhece que o registro está subdimensionado, dada a dificuldade de identificar e pesquisar toda a população visada.

Nesse terreno, não interessa apenas dimensionar a magnitude da emigração, mas apontar alguns aspectos adicionais. Um deles é que a origem territorial dos emigrantes é concentrada. Eles provêm maciçamente de municípios do vale do Rio Doce, seja de Governador Valadares, que é o seu polo regional, seja de localidades menores, nas quais praticamente todas as famílias têm membros residindo nos Estados Unidos. E aqui entra outro aspecto relevante: o impacto econômico-financeiro da emigração para essas famílias e para os próprios municípios. As remessas de dinheiro que os emigrantes economizam por lá e enviam para as famílias formam parte significativa da renda local, ajudando a movimentar o comércio e a indústria de construção civil.

Na esteira da crise econômica que eclodiu em 2008, começou um movimento de regresso dos emigrantes para suas cidades em Minas. A questão da migração de retorno tem sido estudada pela socióloga Sueli Siqueira, que é pesquisadora de referência no tema (Siqueira, 2009). O fluxo de retornados, à medida que tomou corpo, tem provocado a necessidade de facilitar sua reinserção no Brasil mediante o apoio do poder público e da sociedade civil.

Por último, vejamos algumas projeções para o futuro.

Tendo em vista o cenário demográfico descrito, a principal projeção para a população mineira é a de decréscimo nas próximas décadas. Estima-se que as taxas de crescimento serão cada vez menores. Entre 2040 e 2050 a população começará a diminuir.

No médio e longo prazos, do ponto de vista populacional, o estado de Minas Gerais irá enfrentar uma questão que há trinta anos seria inimaginável: o despovoamento de regiões. Tal fenômeno tende a gerar uma série de impactos sociais, geográficos e econômicos já observáveis em países europeus, dentre eles, a falta de mão de obra em idade ativa, redução da capacidade empreendedora e ociosidade de infraestrutura. (Ribeiro e Colaboradores, 2012, p. 155-156).

A pirâmide etária continuará a trajetória de mudança, retratada nas figuras 1 e 2, em página anterior. A população deverá envelhecer mais rapidamente, enquanto os nascimentos se reduzem. “Se em 2010, a cada 100 mineiros na faixa etária até 14 anos, tínhamos 52,6 idosos, a previsão é que teremos 206 idosos em 2050” (Ribeiro e Colaboradores, p. 157).

Preveem-se também diferenças entre as regiões do estado quanto ao crescimento populacional. Algumas delas continuarão a crescer um pouco, sobretudo as quatro regiões mais ao norte: o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri e o Noroeste. Em contrapartida, a Zona da Mata, o Triângulo/Alto Paranaíba, os Campos das Vertentes e o Oeste de Minas deverão perder população já na década de 2030. A área metropolitana de Belo Horizonte e o Sul de Minas vão começar a perder população na década seguinte.

As regiões que continuarão a crescer, na porção norte do estado, terão, contudo, que enfrentar perdas de habitantes por emigração. Isso ampliará a proporção do envelhecimento em tais áreas, pois os emigrantes são jovens ou, de todo modo, estão em idade ativa. Além disso, é conhecido, ali, o fenômeno do deslocamento sazonal de trabalhadores para estados vizinhos, deixando suas mulheres e filhos por longo tempo.

Há que considerar, ainda, a possível tendência ao envelhecimento da população rural. Na medida em que os jovens se deslocam para as cidades, em busca de melhores condições de vida, ocorre um esvaziamento no sistema de agricultura familiar. A perspectiva de permanência dos jovens em suas comunidades rurais é importante para que eles sucedam aos pais e prossigam nas atividades desse setor tão importante para o país.

ECONOMIA

A análise da situação econômica de Minas Gerais se inicia com uma visão panorâmica do período recente, por meio de indicadores gerais, que abrangem não só a realidade interna, mas também a posição da economia mineira no contexto da economia brasileira.

Em seguida, apresenta-se a pauta de produção do estado, com destaque para os setores da indústria e da agricultura. As informações estatísticas são complementadas por uma breve descrição, de cunho mais qualitativo, da trajetória dos ramos mais relevantes da economia estadual, com seus principais empreendimentos.

Tendo em vista a heterogeneidade de Minas, é também importante considerar alguns dados econômicos de suas regiões, assinalando-se as características das respectivas estruturas produtivas.

Tratamos também da questão do comércio exterior, que ocupa lugar de relevo no cenário econômico de Minas, uma vez que as exportações constituem um dos fatores de seu dinamismo. As flutuações dos produtos básicos de cotação internacional – ou *commodities* – ditam em boa medida as oportunidades e os limites do crescimento da economia do estado.

INDICADORES GERAIS

Em 2001, o Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais foi calcu-

lado em R\$ 113,5 bilhões, representando 9,6% do PIB do Brasil. Dez anos depois, em 2011, o PIB mineiro alcançaria R\$ 386,1 bilhões, equivalente a 9,3% do PIB do Brasil. O volume do produto era expressivo, mesmo se descontarmos a inflação do período, mas o indicador referente à participação da economia estadual no contexto nacional é de grande importância para avaliarmos sua trajetória recente.

Na virada do século, a economia mineira não estava em seus melhores momentos e as finanças públicas iam mal. Em 2003, o estado adotou um modelo de ajuste, apelidado de “choque de gestão”, que será analisado mais à frente, no capítulo “Estado e Administração Pública”. Por essa iniciativa, esperava-se não só recuperar as contas governamentais, mas também conferir novo impulso à produção. O ritmo do crescimento econômico do país alimentou nos anos seguintes a confiança das autoridades. No início de 2007, o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico salientava em entrevista:

Se queremos continuar crescendo acima da média nacional, colocamos como meta aumentar a participação de Minas Gerais no PIB brasileiro. Entendemos que já este ano podemos passar da fatia de 9,9% que Minas detém da riqueza nacional hoje para 10,1%, chegando ao fim deste mandato com 10,5% e alcançando 11,7% no término de 2023. Isso, mesmo num cenário otimista com a expansão do Brasil. Esperamos de 3% a 3,5% de crescimento da economia brasileira este ano. (Hora, 2007).

O pressuposto desse raciocínio era de continuidade do quadro favorável a Minas, mas no ano seguinte sobreveio a crise global. Esta afetou o Brasil e mais ainda Minas, cujo produto em 2009 teve crescimento mínimo e caiu para 8,9% do PIB brasileiro.

Já em 2010 essa parcela subiria para 9,3%, como foi mencionado, mas a previsão do governo estadual era de 10,5%, com viés de alta. Isso não se mostrou viável. Na realidade, observa-se uma variação grande nesse indicador ao longo do tempo, tanto pelo desempenho de Minas quanto pelos altos e baixos de outros estados importantes do país.

O Rio de Janeiro é o competidor mais próximo de Minas. Sua posição no 2º lugar entre os estados no PIB foi fortalecida pelo desenvolvimento do setor petrolífero. A economia mineira chegou a ultrapassar a fluminense em

alguns momentos, mas vê-se em retrospecto que foram situações excepcionais. Tudo indica que Minas deverá permanecer em 3º lugar, ainda que seu percentual de participação venha a oscilar como nos anos recentes. Além disso, o crescimento econômico de estados que ocupam posições subseqüentes, como o Rio Grande do Sul, o Paraná e até mesmo Pernambuco, leva a supor que Minas Gerais dificilmente elevará sua participação relativa no PIB brasileiro.

No entanto, a posição já alcançada representa um avanço em relação a um passado bem mais pobre. Conforme registra um estudo recente:

Em 1947 a indústria respondia apenas por 10% do PIB de Minas Gerais. Este percentual era de 23% em São Paulo, 20% no Rio de Janeiro, 17% em Pernambuco, além de mais sete estados que apresentavam percentuais da participação da indústria maiores que os observados em Minas Gerais. (Figueiredo e Resende, 2013, p. 15)

Os autores salientam um crescimento na participação do PIB mineiro no PIB do Brasil na década de 1970. Houve aumento de 1%: de 8,3% em 1970 para 9,3% em 1980. Nessa fase, Minas recebeu vultosos investimentos, sobretudo na indústria, a começar pela implantação da Fiat. “A seguir, verifica-se uma relativa estabilidade da participação de Minas na década de 1980 e um ligeiro crescimento da participação na década de 1990.” (Figueiredo e Resende, 2013, p. 17). Na década de 2000, essa tendência prosseguiu, mas não sem abalos, como ocorreu em 2009, quando o número caiu para 8,9%.

Examinando outro indicador, o PIB *per capita*, teremos uma visão mais precisa da realidade, a revelar as carências de Minas no contexto nacional. Com efeito, o PIB *per capita* mineiro tem sido inferior ao PIB *per capita* do Brasil, embora oscile a distância entre ambos de ano para ano.

Assim, em 2001, o valor para o Brasil era de R\$ 6.954 e para Minas de R\$ 6.261, o que lhe conferia o 10º lugar entre as unidades da federação nesse indicador. Em 2004, o PIB *per capita* brasileiro era de R\$ 9.700 e o mineiro de R\$ 8.700, em 12º lugar. A mesma posição foi ocupada em 2009, mas melhorou no ano seguinte:

O resultado do PIB *per capita* mineiro, mesmo que ainda inferior ao da economia brasileira, teve em 2010 o valor mais próximo do nacional desde 1995 (90,7%).

Esse resultado elevou o PIB *per capita* nominal de Minas Gerais da 12ª posição em 2009 para a 9ª posição em 2010 na comparação dos maiores PIB *per capita* entre todos os estados da federação na série oficial do IBGE enviada ao Tribunal de Contas da União. (FJP, 2011b, p. 4).

Em 2010, estavam acima do PIB *per capita* brasileiro as seguintes unidades, pela ordem: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Paraná. Um pouco abaixo do valor brasileiro vinham Mato Grosso e Minas Gerais. No entanto, já em 2011 Minas caiu para o 10º lugar, confirmando a oscilação recorrente de sua posição no contexto brasileiro.

Esse lugar intermediário de Minas reflete sua elevada heterogeneidade interna, social e econômica. A Tabela 5 revela bem essa condição.

Em 2009, quando o PIB *per capita* brasileiro era de R\$ 16.917,66 e o mineiro de R\$ 14.328,62, o desempenho desse indicador pelas regiões do estado mostrava enormes diferenças.

Tabela 5

Valor adicionado por setores de atividade econômica, pib, impostos e pib per capita, a preços correntes. Minas Gerais, região metropolitana de Belo horizonte (RMBH) e regiões de planejamento (2009)

	Valor adicionado							
	Agropecuário	Industrial	Serviços	Total	Impostos (R\$ milhões)	PIBpm (R\$ milhões)	PIBMinas Gerais(%)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Minas Gerais	22.716	75.826	153.798	252.340	34.715	287.055	100	14.328,62
RMBH	558	31.260	50.254	76.525	13.379	89.903	31,3	18.760,07
Regiões de planejamento								
Central	2.193	40.493	69.854	112.540	18.945	131.485	45,8	18.166,70
Mata	1.841	4.339	13.801	19.980	2.317	22.297	7,8	10.116,38
Sul de Minas	4.543	7.916	19.152	31.611	3.520	35.131	12,2	13.512,55
Triângulo	3.520	9.184	16.787	29.491	4.816	34.307	12	22.517,91
Alto Paranaíba	3.146	2.146	4.962	10.254	787	11.041	3,8	16.646,41
Centro-Oeste de Minas	1.697	2.765	7.107	11.570	1.165	12.734	4,4	11.293,16
Noroeste de Minas	2.036	741	2.241	5.018	255	5.273	2	14.396,17
Norte de Minas	1.665	2.428	6.869	10.962	982	11.943	4,2	7.260,22
Jequitinhonha/ Mucuri	889	780	3.736	5.405	269	5.674	2	5.537,30
Rio Doce	1.187	5.034	9.290	15.511	1.658	17.169	6	10.458,43

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

1) Valores sujeitos a revisão.

Com efeito, acima do PIB *per capita* brasileiro havia somente duas regiões: o Triângulo, com R\$ 22.517,91, e a região Central, com R\$ 18.166,70. Se destacada desta última a Região Metropolitana de Belo Horizonte, obtinha-se um número um pouco maior: R\$ 18.760,07.

Além dessas, outras duas regiões estavam acima do PIB *per capita* de Minas: o Alto Paranaíba, com R\$ 16.646,41, e o Noroeste, com R\$ 14.396,17. Na parte de baixo, seguiam-se as demais: Sul (R\$ 13.512,55), Centro-Oeste (R\$ 11.293,16), Rio Doce (R\$ 10.458,43), Mata (R\$ 10.116,38), Norte (R\$ 7.260,22) e Jequitinhonha/Mucuri (R\$ 5.537,30).

Temos, assim, em pontos extremos, o Triângulo, superior à média do Sudeste, e na outra ponta a região do Jequitinhonha e Mucuri, cujo PIB *per capita* era inferior ao de todos os estados brasileiros, inclusive os mais pobres do Nordeste (com a ressalva de que nestes havia áreas ainda mais pobres, pois estamos tratando de agregados estaduais).

A Tabela 5 mostra também as diferenças entre as regiões no que diz respeito aos setores de atividade econômica. Algumas são eminentemente urbano-industriais, principalmente a região Central. Outras eminentemente agrícolas, como o Alto Paranaíba e o Noroeste, que são geograficamente contíguas. E há ainda um caso interessante como o do Sul de Minas, que é forte na agricultura moderna, mas é bastante urbanizado e possui destacada base industrial.

Isso nos leva a considerar o cenário produtivo de Minas, com indicações de seus principais setores, que se localizam em partes diferentes do território.

PANORAMA DA PRODUÇÃO MINEIRA

Ao examinarmos a estrutura produtiva mineira, a questão da heterogeneidade ganha importância em virtude das variações de produtividade entre os setores que a compõem.

Há algum tempo, o presidente da Federação das Indústrias (FIEMG), Olavo Machado Júnior, fez exposição contundente sobre esse ponto. Comparando a evento promovido pela Assembleia Legislativa, avisou que suas palavras iriam provocar um “choque de realidade” sobre a economia do estado. Segundo ele, a produtividade da indústria mineira estava 5% abaixo da média brasileira e 20% da paulista; e era inferior à média nacional

em 69 setores, sendo que em 25 destes, essa menor produtividade ainda manifestava “comportamento de queda” nos últimos 10 anos. O Valor da Transformação Industrial mineiro era 20% inferior à média nacional e 40% menor na relação com São Paulo.

Ponto relevante dessa análise era a distinção entre setores acima da média nacional e setores muito abaixo da média. Uma indicação desse contraste é dada pela pauta de exportações ao exterior. A Tabela 6 contém informações sobre as exportações mineiras de 2008 a 2010, um triênio particularmente importante, porque foi atravessado pela crise global.

Os dados são expressivos. A concentração das exportações em alguns segmentos, que já era elevada, se estendeu no período. O peso da minera-

Tabela 6

Exportações de Minas Gerais (2008-2010)

Especificação	US\$ mil FOB			Participação (%)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Minérios e produtos minerais (25 a 27)	7.324.553	6.781.710	13.849.316	30	34,7	44,4
Produtos siderúrgicos (72 +73)	6.300.597	3.172.554	4.397.888	25,8	16,3	14,1
Café e especiarias (09)	3.034.479	2.927.118	4.101.464	12,4	15	13,1
Material de transporte, veículos automotores, tratores (87 a 89)	1.871.872	1.212.177	1.538.537	7,7	6,2	4,9
Cerâmicos, pedras, metais preciosos (68+69+71)	925.964	925.964	1.038.973	3,8	4,7	3,3
Alimentos, bebidas, fumo (16 a 24)	710.717	1.021.200	1.407.488	2,9	5,2	4,5
Papel e celulose (47+48+49)	612.182	397.420	714.859	2,5	2	2,3
Produtos químicos, plásticos, borracha e obras (28 a 40)	758.004	626.914	853.256	3,1	3,2	2,7
Outros metais comuns e suas obras (74+75 a 83)	352.558	250.665	493.517	1,4	1,3	1,6
Têxteis, calçados, couro e confecções (41+42+43 e de 50 a 64)	263.787	150.772	134.732	1,1	0,8	0,4
Material elétrico, máquinas e aparelhos (84 a 86)	877.657	649.814	859.329	3,6	3,3	2,8
Móveis, madeira (44+45+46+94)	34.098	30.085	49.257	0,1	0,2	0,2
Outros (65+66+67+70+91+92+93+96+97+00)	1.345.603	1.371.284	1.785.858	5,5	7	5,7
Total	24.412.071	19.517.677	31.224.473	100	100	100

Fonte: Dados básicos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Nota: Dados sujeitos à revisão pelo MDIC/Secex e extraídos em 06/06/2011. 1). Os números após as especificações referem-se à “Nomenclatura Comum do Mercosul”.

ção na pauta cresceu quase 50%, mas o seu resultado em dólares praticamente duplicou, o que traduz bem a propalada explosão das *commodities* no século XXI. Ao mesmo tempo, os produtos siderúrgicos tiveram uma redução vertiginosa, alimentando os receios de primarização da economia.

Para onde eram feitas as vendas? E quanto às importações? A Tabela 7 mostra, para o mesmo período, os principais parceiros comerciais de Minas. Permite observar a contribuição mineira para o comércio exterior do país, inclusive no que se refere ao saldo da balança.

Tabela 7

Principais parceiros comerciais de Minas Gerais (2008-2010)

Especificação ^(a)	Exportação			Importação			Saldo comercial		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
E. Unidos	2.543.972	1.305.366	2.207.482	1.516.692	1.174.817	1.517.131	1.027.280	130.549	690.351
Alemanha	2.629.557	1.537.492	2.375.464	1.191.727	921.999	947.499	1.437.830	615.493	1.427.965
Itália	926.846	551.448	829.267	903.350	619.478	861.179	23.496	-68.030	-31.913
Japão	1.545.689	1.243.259	2.507.847	270.703	257.330	360.062	1.274.986	985.928	2.147.786
França	422.845	292.887	425.991	322.377	250.617	280.844	100.468	42.270	145.147
Reino Unido	614.510	904.748	1.085.078	49.228	40.809	62.523	565.282	863.939	1.022.555
Países Baixos	1.061.559	730.461	1.462.729	36.661	38.379	87.864	1.024.898	692.081	1.374.864
Argentina	1.625.682	1.207.519	2.043.026	1.084.265	1.111.791	1.430.907	541.417	95.728	612.119
Uruguai	64.386	52.686	81.041	24.754	29.498	66.395	39.633	23.188	14.646
Paraguai	78.915	54.804	93.244	16.105	16.520	24.995	62.810	38.284	68.249
Canadá	162.421	118.601	205.681	548.779	224.122	261.663	-386.359	-105.521	-55.982
Chile	184.877	114.007	229.791	216.713	84.648	182.500	-31.837	29.359	47.292
China	4.005.145	4.963.231	9.284.574	1.238.101	767.081	1.318.503	2.767.044	4.196.150	7.966.071
Coreia do Sul	738.479	455.669	766.201	59.291	47.574	88.554	679.188	408.094	677.647
Subtotal	16.604.883	13.532.178	23.597.418	7.478.747	5.584.665	7.490.621	9.126.136	7.947.513	16.106.797
Outros	7.807.188	5.985.499	7.627.055	3.004.869	1.766.150	2.475.027	4.802.319	4.219.349	5.152.028
Total	24.412.071	19.517.677	31.224.473	10.483.616	7.350.815	9.965.648	13.928.455	12.166.862	21.258.825

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Nota: Dados sujeitos à revisão pelo MDIC/Secex e extraídos em 06/06/2011.

As variações têm a ver com a situação internacional, mas dizem também respeito à competitividade da produção interna. Esse é um tema hoje muito discutido, mas que já se desenhava na fase imediatamente posterior à eclosão da crise.

A pauta de exportações mostra a ligação da indústria com os vastos recursos minerais do estado. De fato, a indústria mineira é forte não só na

extração mineral, mas também em produtos intermediários, como o aço, o ferro-gusa e o cimento. Abrange ainda uma parcela de manufaturas de bens de consumo, com destaque para os alimentos.

Na atualidade, o setor industrial de maior destaque é a mineração. Como sugere o seu nome, Minas Gerais é um território minerador, em que se exploram dezenas de minérios. Além do minério de ferro, cuja produção se expandiu em volume e em valor, deve-se mencionar o nióbio (92% da produção mundial), a bauxita, o níquel e o manganês, sem falar do ouro, que é um ramo em reativação.

O setor de mineração foi o mais rentável da economia brasileira entre 2003 e 2008. E parcela substancial desse resultado saiu de Minas Gerais, que em 2007 fornecia 44% da produção mineral brasileira. Três anos mais tarde, em 2010, sua participação se elevou para 53,9%. A segunda província mineral era o Pará, com 24,7%, estado que ganhava velocidade na produção.¹

A mineração do ferro experimentou um *boom* ao longo da década de 2000. Intensificou-se a partir de 2005, com a elevação dos preços das *commodities*, puxada em grande parte pela demanda da economia chinesa e, em seguida, da Índia. Esse fato, por sua vez, resultou no crescente interesse de companhias siderúrgicas em adquirir minas de ferro e carvão, com vistas a verticalizar a cadeia produtiva, evitando problemas de suprimento. Em 2008, isso se tornou questão estratégica para as siderúrgicas de todo o mundo, à medida que o minério quase dobrou de preço. Além de garantir suprimento da matéria-prima, outro fator que estimulou a verticalização foi o interesse das companhias siderúrgicas em participar dos elevados ganhos que os detentores de jazidas passaram a ter no período. Esses negócios foram interrompidos em 2009, por conta da crise mundial, mas voltaram a acontecer no ano seguinte. Grupos chineses tomaram a frente nessa etapa, em busca de ativos de recursos naturais por todo o mundo.

Atualmente, entre as principais empresas mineradoras do estado, figuram a Vale, a Samarco (associação da Vale com a BHP Billiton), a Gerdau, a Mineração Usiminas e a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN). Vê-se assim a presença de grandes companhias siderúrgicas no setor. Com isso, buscam compensar a diminuição de seus ganhos com a produção siderúrgica em si.

1. Dados do IBRAM/Instituto Brasileiro de Mineração, com base nos volumes de arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem).

De fato, a siderurgia experimentou uma queda relevante. No passado, o setor siderúrgico era o mais visível da economia mineira, assentado num tripé que articulava empresas estatais (Usiminas, Acesita, Açominas), empresas multinacionais (Belgo-Mineira, Mannesmann) e de capital doméstico (Queiroz Júnior, usinas de gusa etc.). No fim do século XX houve forte deslocamento dentro do segmento, com a privatização das siderúrgicas estatais e em seguida um movimento de aquisições e fusões entre as companhias privadas, inclusive as multinacionais, acelerando a concentração do capital.

O resultado dessas ondas sucessivas foi uma espécie de estagnação que passou a caracterizar a produção siderúrgica não só em Minas, mas no Brasil como um todo. A capacidade instalada no país subiu de 32 milhões de toneladas de aço em 1991 para 48 milhões em 2013, mas só utilizando 34 milhões, com ociosidade de 30%, segundo dados do Instituto Aço Brasil (Cresce, 2014, p. B1). Enquanto isso a capacidade da China, com uso do minério brasileiro em grande escala, se elevou de 21 milhões de toneladas para 675 milhões de toneladas no mesmo período. Em suma: de 7º maior produtor mundial, o Brasil passou a não ter grande importância em siderurgia. E dificilmente voltará a ser um dos principais protagonistas mundiais do ramo. Pode-se avaliar, então, o impacto que isso representa para Minas Gerais.

A indústria siderúrgica brasileira se depara com a perda de competitividade tanto na exportação de seus produtos, quanto para concorrer com produtos importados, que chegam principalmente da China. Ou seja, a disputa é por mercados externos e também pelo mercado interno. A importação de aço foi muito grande em 2010, e depois caiu, mas ainda está acima do que as empresas siderúrgicas brasileiras consideram razoável. O outro problema é a entrada de produtos chineses da cadeia metal-mecânica, que reduz o mercado das siderúrgicas que têm fábricas no Brasil. Seriam as importações “indiretas”, e estas cresciam mais de 10% ao ano até 2014.

O custo da energia também afeta outro ramo metalúrgico: o do alumínio, que é ainda mais eletrointensivo que o do aço. Minas Gerais tem duas fábricas de alumínio, em Poços de Caldas (Alcoa) e em Ouro Preto (Novelis). O consumo brasileiro subiu com a expansão da renda e do emprego, mas a produção não seguiu a demanda. A fabricação do alumínio primário estagnou e vem sendo cortada porque não é mais competitiva. De exportador, o Brasil passou a importador desse insumo. Por sua vez, o alumínio transformado passou a ser bastante procurado. Não só pela melhoria

da renda da população, mas também pela crescente variedade de usos do alumínio: nas indústrias de construção, automóveis, bebidas, cosméticos, fios e cabos elétricos, tubos para plataformas de petróleo, sem contar embalagens de todo tipo.

Ainda no campo dos bens intermediários, merece atenção o setor de cimento, que encara realidade oposta às do alumínio e do aço. O mercado de cimento viveu dias difíceis no começo do século. Fábricas pararam, fornos foram desativados e alguns produtores saíram do ramo. A partir de 2005, a demanda se aqueceu, levando os produtores brasileiros a reaproveitar instalações e investir em novas plantas, para acompanhar o ritmo de expansão da economia. Houve crescimento da construção civil em grande escala, fomentado por obras públicas, notadamente com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), pelos programas habitacionais e pelo surto de construção e reformas por famílias de baixa renda. Com isso, o Brasil se situou entre os dez maiores produtores do mundo.

A indústria mineira de cimento representa cerca de um quarto da produção nacional, beneficiando-se da disponibilidade de jazidas de calcário, da localização central do estado e de certas vantagens tributárias. As companhias de cimento instaladas em Minas são multinacionais como a Lafarge e a Holcim, e empresas nacionais relevantes no setor (Votorantim, Camargo Corrêa, Brennand etc.). O ramo cimenteiro passou por reestruturação de capitais, com aquisições que resultaram na venda de antigas fábricas mineiras para companhias de fora. E novas unidades surgiram em fase recente.

Passando à fabricação de bens finais, aqui ganha destaque o ramo de veículos rodoviários, que comparece na pauta de exportações.

A implantação da Fiat Automóveis, na década de 1970, representou um ponto de inflexão na trajetória da economia mineira. O projeto foi bem sucedido como experiência de desconcentração industrial, pois até então as fábricas de automóveis do Brasil se localizavam todas em São Paulo. Posteriormente a Fiat promoveu um plano de “mineirização” de fornecedores, que resultou no adensamento da cadeia produtiva na região. A fábrica da montadora italiana em Betim é a maior do grupo e uma das grandes plantas automobilísticas em escala mundial.

A Iveco, subsidiária da Fiat, fabrica caminhões em Sete Lagoas desde fins da década de 1990. Nessa mesma época, a Mercedes-Benz se instalou em Juiz de Fora, com o intuito de produzir automóveis. A ideia não corres-

pondeu à expectativa inicial, seguindo-se uma fase de indefinição. Houve polêmica em torno do projeto e dos empregos, por conta dos incentivos que a empresa recebeu do Estado e do município. Ela permaneceu em operação, modificando sua linha de produção para caminhões.

Um ramo com potencial é o de veículos ferroviários. Localizam-se em Minas, perto de Belo Horizonte, as duas fábricas de locomotivas que o país tem atualmente. Elas pertencem a grupos norte-americanos: General Electric (em Contagem) e Caterpillar (em Sete Lagoas). Este ramo chegou a ter certa importância no Brasil do passado, mas perdeu substância com o declínio do transporte por trens, culminando com a privatização das linhas remanescentes, a qual, afinal, não redundou em modernização do sistema.

A situação mudou com a expansão recente da rede de ferrovias. O Brasil tem cerca de 30 mil km de ferrovias e poderá chegar a 40 mil km com as linhas em construção e outras que estão em estudo. Essa expansão gera demanda por equipamentos mais novos e econômicos, como as locomotivas fabricadas em Minas.

Há também a indústria aeronáutica. Na década de 1970 foi implantada em Itajubá a fábrica de helicópteros da Helibras, mediante associação do grupo francês Eurocopter com o governo de Minas. Ao lado de sua finalidade comercial, essa empresa tem recebido atenção do governo brasileiro pelo lado estratégico, como fornecedora das Forças Armadas e da exploração de petróleo em alto mar.

A manufatura de bens de consumo popular tem certo peso, mas já foi maior no passado. Vale destacar a indústria alimentícia, principalmente o segmento de laticínios. Minas Gerais ocupa a liderança nacional na produção de leite e de queijos. Há o clássico queijo Minas, bastante consumido localmente, e que tem marcas correspondentes a áreas tradicionais, como a Serra da Canastra e o Serro. O queijo Minas artesanal é feito por agricultores familiares, herdeiros de longa tradição. Por sua vez, empreendimentos maiores fornecem para todo o país uma diversidade de queijos de largo consumo (queijo do reino, prato, muçarela, parmesão, ricota, queijos fundidos) e outros derivados do leite, como a manteiga e o iogurte. É no Sul de Minas que são elaborados os queijos chamados finos (os tipos camembert, brie, azul etc.), cujo consumo tem aumentado no país.

Até 2008, o setor lácteo viveu um período de grande aquecimento, com novos investimentos e aquisições. O crescimento do mercado nacional

e a melhoria da renda da população incentivaram a produção. A crise, em 2009, reduziu o ímpeto. Depois a indústria se recuperou, mas com uma configuração nova. Parcela significativa das empresas mineiras do ramo tem sido absorvida por companhias de outros estados ou grupos transnacionais. As fábricas permanecem, mas o controle do capital é cada vez mais externo.

No tocante à indústria alimentícia, outra vertente digna de nota é a de massas. A produção mineira é relativamente grande e o consumo interno também. As principais fabricantes são a Santa Amália e a Vilma. Em biscoitos se destaca a Aimoré, tradicional empresa local. Este segmento é dos que mais claramente se beneficiaram com as políticas de inclusão social que o Brasil seguiu nos últimos dez anos.

A indústria sucroalcooleira é antiga em Minas, mas sua trajetória é instável. Em parte, isso decorre da instabilidade das diretrizes governamentais que o afetam desde os tempos do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool. O Proálcool, programa de incentivo ao álcool combustível, lançado na década de 1970, foi importante para as usinas mineiras, como para as de todo o país, mas depois perdeu fôlego. Já no século XXI verificou-se forte movimento de expansão, principalmente em áreas novas como o Triângulo. Grandes grupos internacionais (Bunge, Louis Dreyfuss) e nacionais (paulistas e nordestinos) montaram unidades em Minas.

No entanto, o álcool perdeu espaço a partir de 2010. Seu custo para o consumidor se tornou desvantajoso em relação à gasolina. A política de preços do governo, voltada para o controle da inflação, rebaixou os lucros dos dois setores e em ambos provoca queixas. Usinas enfrentaram prejuízos, algumas fecharam. Cresceram as demissões de trabalhadores. Contudo, o açúcar não enfrentou perda similar e mantém sua importância. As usinas tratam de equacionar a proporção de açúcar e de álcool que produzem conforme a demanda e a flutuação dos preços. A cotação de um pode compensar a do outro.

O caso mais notório de dificuldade na esfera da agroindústria é o das carnes. Se a pecuária mineira é grande, especialmente em bovinos e suínos, justifica-se a preocupação em agregar valor a esta atividade. De fato, desde o início do século XX discute-se em Minas a questão dos frigoríficos e das indústrias de transformação da carne. Houve empenho do governo estadual em diversos momentos para apoiar a criação de frigoríficos de certo porte, para substituir inclusive os velhos matadouros municipais. Em meados do século

XX alguns projetos deslancharam. Seguiu-se depois um longo período de decadência e diversas plantas fecharam as portas. Tentativas mais recentes do governo esbarraram na preferência dos criadores em vender o boi em pé para outros estados. Exatamente como há 100 anos. Não obstante, funcionam em Minas indústrias de produtos avícolas, das quais a principal é a Pif Paf, e também de produtos suínos, sendo estes muito importantes na cultura alimentar da região.

Passando à agricultura, o principal produto do estado é o café, o qual figura com destaque na pauta de exportações. A cafeicultura é atividade tradicional desde o século XIX, mas ocupava posição secundária no conjunto do país. Contudo, no último quarto do século XX Minas assumiu a liderança, após o declínio da lavoura do Paraná em virtude de fortes geadas nos anos 1970. Em 2011 a parcela de Minas na produção nacional de café era de 61%. (Banco Central, 2013, p. 9).²

A cultura do café se concentra no Sul de Minas. Ali funcionam cooperativas poderosas como a Cooxupé (sediada em Guaxupé), a maior da cafeicultura brasileira, e a Cooparaíso (de São Sebastião do Paraíso). O cultivo se estende para o Alto Paranaíba, zona adjacente. A marca “Café do Cerrado” tem ganhado reconhecimento por sua qualidade.

Uma pequena parte do café mineiro é obtida no Nordeste do estado, nos vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri. Esta zona atraiu recentes investimentos e pesquisas da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) para obter materiais de cultivo mais adaptados às condições locais. O café é ali uma boa opção porque a região não tem vocação para grãos. A produtividade (sacas por hectare) é inclusive mais alta do que no Sul de Minas. E o solo é considerado mais fértil. No entanto, o clima do sertão sempre apresenta algum risco.

Em 2011, o café era responsável por 40% do valor da produção agrícola mineira. O segundo produto em valor era a cana-de-açúcar, com 18%, correspondendo a 11,5% da produção canavieira do país. Em termos de valor, deve-se mencionar também a soja, com 8,6%.

Entre as lavouras temporárias, a principal era a do milho, responsável por 13% da produção nacional do grão. Em seguida, a do feijão, cereal muito consumido pelos mineiros, que colhiam quase 20% do feijão brasi-

2. As demais informações a seguir foram extraídas da mesma fonte, que reproduz a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, de 2011.

leiro. E ainda a batata, com 34,5% do total da produção do país, a banana (16%), o tomate (13,8%), a laranja (6,7%) e a mandioca (5,5%).

Cabe, para completar, uma breve referência ao setor terciário, cujo peso é crescente na economia regional, como acontece em toda parte.

No ramo dos serviços financeiros, observa-se em Minas o mesmo fenômeno que tem marcado o país: a rede bancária estende o seu alcance, assim como a chamada bancarização, ou seja, a inclusão de novos usuários. Antes, no fim do século XX, a categoria profissional dos bancários passou por profunda modificação, com a sua diminuição numérica em paralelo à crescente automação dos serviços. As agências mudam de feição, mas a movimentação financeira cresce em função do desenvolvimento econômico e social do país.

Na política econômica, o acesso ao crédito tem ocupado lugar relevante, para aquisição da casa própria e de bens duráveis, além do apoio à micro e pequena empresa. O impacto social disso é evidente, como expressão do processo de mobilidade social. Os próprios programas sociais de combate à pobreza, notadamente o Programa Bolsa Família, têm propiciado a inclusão de novos usuários.

O comércio, de sua parte, foi claramente estimulado pelo crescimento da renda, tanto no caso do consumo popular quanto no das classes médias. O aumento do número de supermercados, assim como o de *shopping centers*, aponta para a maior escala do varejo em Minas, embora essa tendência tenha sido mais intensa em outros estados. Aspecto a observar é que, no caso de supermercados, as empresas mineiras têm se mostrado bastante competitivas em face de concorrentes nacionais e multinacionais. No comércio de atacado, firmas mineiras ocupam posição de ponta no mercado nacional, a exemplo de companhias do Triângulo que se valem de sua localização central na geografia do país para transporte e distribuição de mercadorias pelas diversas regiões. Uberlândia é o maior centro atacadista do interior do Brasil.

O turismo é outra atividade interessante para o estado. Há potencial para resultados maiores do que os atuais. O estado de Minas Gerais possui roteiros turísticos como a Estrada Real, o Circuito das Águas (estâncias hidrominerais) e principalmente as cidades históricas, remanescentes da época colonial – entre elas, os patrimônios mundiais de Ouro Preto e Diamantina. A fisionomia natural da região, com suas montanhas, rios e grutas, favorece o turismo ecológico, além do turismo rural em hotéis-fazendas. Há diversos parques estaduais em áreas de preservação da natureza. O turismo de negó-

cios e de eventos diversos é um ramo em expansão, que deve ser fomentado.

Por fim, há o setor de Tecnologia da Informação, junto com os novos serviços inovadores. Trata-se de atividades que estão na fronteira entre indústria e serviços. Belo Horizonte abriga atualmente uma gama de empreendimentos nesse campo. No interior algumas cidades se destacam por sua base de C&T. A mais conhecida é Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas, da qual nasceu o apelido de Vale da Eletrônica.

No terreno da inovação tecnológica, o governo estadual se mostrou ativo nos últimos dez anos. Em novembro de 2006, através da Lei 14.797, a então Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT) recebeu nova denominação, passando a se chamar Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES). Ela abrange em sua área de competência as duas universidades estaduais e a fundação de amparo à pesquisa (Fapemig).

Esta última, fundada em 1985, conta com dotação prevista pela Constituição do Estado, mas que nem sempre foi cumprida integralmente pelas administrações mineiras. Contudo, desde o início do século XXI, seu orçamento se recompôs e alcançou o índice constitucional; o órgão foi fortalecido em seu papel de indução à pesquisa realizada nas várias universidades (federais, estaduais e particulares) existentes em Minas, assim como em outras instituições voltadas para a inovação tecnológica.

Paralelamente, em dezembro de 2006, foi publicado o Decreto 44.418 que instituiu o Sistema Mineiro de Inovação – SIMI, com a finalidade de promover convergência de ações governamentais, empresariais e acadêmicas de pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento da inovação no estado de Minas Gerais.

A ampliação da articulação entre os entes federados, e destes com a academia, centros de pesquisa e a iniciativa privada é caminho a ser consolidado para aumentar o volume de recursos aplicados em ciência, tecnologia e inovação, bem como propiciar a disseminação de seus resultados para potencializar o empreendedorismo, a realização de negócios e a melhoria das condições de vida da população em geral.

ECONOMIA: BALANÇO E PERSPECTIVAS

Na análise panorâmica que apresentamos, vê-se que a economia mineira tem como setores estratégicos a indústria extrativa mineral, a indústria

metal-mecânica e a agroindústria – principalmente de laticínios – além da agricultura comercial, que abrange a cafeicultura e a produção de cereais.

Trata-se, portanto, de uma mescla de setores orientados para mercados diversos: o mercado internacional, o mercado nacional (com domínio da região Sudeste) e o próprio mercado interno mineiro, que é relativamente vasto.

À primeira vista, a variedade da produção regional sugere um cenário de diversificação econômica que permitiria contemplar o potencial das zonas do território estadual e assim favorecer o seu desenvolvimento, integrando-as ao conjunto da economia. No entanto, essa possibilidade tem sido dificultada pela forte tendência à especialização produtiva, focada nos setores estratégicos acima mencionados. Em consequência, as zonas onde eles se localizam são bem articuladas à dinâmica da economia brasileira e, como bases de exportação, ao sistema internacional. É o que acontece com a área central, com o Vale do Aço a leste, com o Sul de Minas e o Triângulo. As outras zonas ficam em posição periférica nesse quadro.

Cabe lembrar, quanto a isso, o estudo de Diniz e Crocco (1996) sobre as tendências do desenvolvimento industrial brasileiro no fim do século XX, que apontou a ocorrência de um processo de “desenvolvimento poligonal”, fruto da expansão das atividades para fora da Grande São Paulo. O impulso da desconcentração estaria retido dentro de um polígono cujo núcleo é o interior de São Paulo, tendo nas extremidades Belo Horizonte, ao norte, e Porto Alegre, ao sul. Nessa grande faixa, que atravessa as regiões Sul e Sudeste, se encontra o setor mais moderno da indústria brasileira, implantado principalmente em cidades de porte médio. Dentro do polígono se situam o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro, zonas fortemente polarizadas por São Paulo. Contudo, a maior parte do território mineiro está fora, e assim não seria efetivamente beneficiada pela disseminação da indústria moderna.

Se o movimento da economia leva à concentração e à desigualdade, o seu contraponto deve vir pelo lado político-institucional. Ou seja, de políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento econômico e social. Diversificação produtiva, integração inter-regional e equidade social são metas que devem ser procuradas juntas.

O papel do Estado, nesse sentido, é fundamental. E em Minas Gerais tem sido fundamental há muito tempo: pode-se dizer que esse papel evo-

luiu ao longo do século XX, com a criação de um conjunto de empresas e órgãos públicos a serviço do desenvolvimento regional. A partir da década de 1950 surgiram a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais, atualmente Companhia Energética de Minas Gerais), o Banco de Desenvolvimento (BDMG), o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), a Companhia de Distritos Industriais e outros órgãos de fomento, não só à indústria, mas também à agropecuária.

Depois, houve certa paralisia, em decorrência dos desajustes financeiros e institucionais do governo estadual, bem visíveis nas décadas finais do século. Observou-se certo esvaziamento do sistema de fomento. No entanto, continuaram a circular ideias e propostas. Uma iniciativa importante foi o projeto “Cresce Minas”, elaborado pela Federação das Indústrias em parceria com o governo estadual (FIEMG, 2000). O aspecto mais interessante dessa proposta foi a caracterização de *clusters* ou Arranjos Produtivos Locais referentes a diversos setores produtivos, capazes de dinamizar diferentes zonas do território estadual, mesmo as mais pobres.

O que temos na atualidade? A administração de Minas se pauta, há muito tempo, por um modelo econômico de inspiração neoliberal, mas não chegou a desaparecer a preocupação com as desigualdades regionais. Na década de 1990, foi aprovada a Lei Robin Hood, que estabelece uma redistribuição tributária de tipo progressivo entre os municípios. O BDMG tem atuado para apoiar as áreas carentes – assim como outros órgãos do governo. Foi criada uma secretaria específica para o Norte do estado. Contudo, nesse terreno é preciso um trabalho muito mais forte e duradouro, que o governo de Minas nunca se dispôs a fazer, deixando virtualmente aos cuidados do governo federal as zonas pobres do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, abrangidas pela Sudene.

Quando se pensa em perspectivas para o futuro, é importante salientar qualidades e vantagens potenciais com as quais se pode contar para a retomada da expansão econômica regional. Uma delas tem a ver com o que foi dito acima: Minas tem uma cultura de políticas públicas para o desenvolvimento, com expertise e quadros técnicos preparados para implementá-las. Outro recurso estratégico reside na área de ciência e tecnologia, com um sistema universitário de ensino e pesquisa relativamente amplo e diversificado, em que se destaca a rede federal de universidades. Mas a área de C&T inclui também órgãos estaduais como a Fundação de Amparo

à Pesquisa (Fapemig), a Fundação João Pinheiro, a Empresa de Pesquisa Agropecuária (Epmig) e outros mais, sem esquecer projetos novos como o Parque Tecnológico de Belo Horizonte BH-TEC), implantado em parceria pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com o governo estadual e a prefeitura local.

A agricultura tem sido particularmente beneficiada pela rede de pesquisa científica e tecnológica, graças às Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, bem como à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e à Emater. O aproveitamento do Cerrado é um dos resultados de sua atuação, com reflexos relevantes para a economia mineira e para os estados vizinhos.

A posição geográfica dentro do Brasil confere a Minas oportunidades que têm sido aproveitadas e podem sê-lo ainda mais. Uma delas tem a ver com a rede de transportes, o que transparece, por exemplo, na importância das companhias atacadistas mineiras que servem a todo o país. Outra se refere ao potencial de articulação com as economias mais avançadas do Sudeste, principalmente com a economia paulista. Observa-se, no eixo da rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, as vantagens da complementariedade entre os estados vizinhos. Empreendimentos se instalaram no Sul de Minas aproveitando condições de custo e tributos mais baratos.

A vocação exportadora constitui também um trunfo. A economia mineira é ligada ao exterior pela sua própria pauta produtiva. Portanto, tem capacidade de se inserir no circuito global.

Por fim, há o fator político. Minas Gerais é um estado influente no país e tem condições de tirar partido dessa influência para promover interesses regionais relevantes. Fez isso no passado, em momentos diversos e deve continuar a agir nesse sentido.

SINTESE DO DESEMPENHO DA ECONOMIA MINEIRA NO SÉCULO XXI

Os indicadores mostram que Minas Gerais obteve poucos avanços em seu processo de desenvolvimento no mais amplo sentido: não alcançou crescimento superior ao do país; não foi reduzido o hiato entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, cuja população é bem inferior; não conseguiu diversificar e modernizar a estrutura produtiva, o que resulta em significativa dependência de *commodities* minerais e agropecuárias; e, não menos

importante, não reduziu desigualdades sociais e regionais, bem como não estruturou um mercado consumidor atrativo para investimentos de setores de bens duráveis e bens salário.

Relatório do Governo de Minas referente a 2003-2012 possibilita constatar que, segundo o valor adicionado por setor, entre 2002 e 2010, a estrutura produtiva continuou pouco diversificada e modernizada. No conjunto do produto estadual, a produção agropecuária era de 15,2%, a extrativa mineral é de 22,2%, enquanto a da indústria é de 10,4% e a do setor serviços é de 52,2%.

Não obstante, a participação de Minas no agronegócio evoluiu de 9% para 13,6%. O estado é o maior produtor de minérios, de cimento e de aço e em todo o período manteve a segunda colocação como polo automotivo.

A criação de empregos por setor entre 2003 e 2011, também de acordo com o relatório, foi de 1,7 milhões, semelhante aos resultados obtidos a nível nacional.

Os resultados da balança comercial das exportações e das importações, assim como dos principais destinos das exportações e origem das importações, das exportações de Minas Gerais de bens de capital, bens de consumo, bens intermediários, mostram a dependência de *commodities*, bem como de uma estrutura produtiva ainda pouco integrada e diversificada.

Os principais investimentos efetivados em Minas Gerais no período de 2003/2012 demonstram esforços do seu governo para diversificar a estrutura produtiva do estado. Porém, a lista de investimentos e a participação do PIB industrial de Minas, de apenas 9%, no PIB industrial do Brasil durante os últimos dez anos, mostram que os resultados ainda são tímidos em relação às suas potencialidades.

O problema principal tem sido a excessiva dependência da mineração, no âmbito do que hoje se denomina de superciclo das *commodities*. Essa foi uma clara tendência da economia mineira ao longo do século XXI, acentuada após a crise global. Quase metade das exportações mineiras provém desse setor.

Há benefícios e custos. No entanto, os benefícios são relativos, uma vez que:

a) a renda tributária auferida é limitada, em comparação com a renda proporcionada pelo petróleo (outro recurso não-renovável, estratégico para quem tem) em impostos, *royalties* e participações especiais;

- b) a geração de empregos é pequena;
- c) a disseminação da renda localmente também é pequena.

Em contraponto, os custos incidem em vários níveis:

a) tendência à “doença holandesa”, com sacrifício de segmentos de maior valor agregado, pela submissão à lógica das vantagens comparativas;

2) custos ambientais: escavações, minerodutos, barragens vulneráveis, provocando desastres de grandes proporções;

c) custos de infraestrutura (precarização das rodovias) a recair sobre o governo e os contribuintes, sem compensação adequada;

d) inexistência de esquema de participação correspondente ao ciclo de *commodities*: nas altas do ciclo, deveria haver contribuição maior à sociedade local (e estadual) em contrapartida pela extração de seus recursos estratégicos.

Nesse sentido, interessaria a Minas Gerais uma política para a mineração similar à que rege o petróleo. Porém o debate sobre o tema, atualmente em pauta, não tem favorecido os interesses do Estado e da população mineira em geral.

Trata-se de problema histórico. Há cem anos Minas Gerais tenta promover seu desenvolvimento por meio de políticas que limitem a primarização do uso de seus minerais.

O novo Código de Mineração, em tramitação no Congresso Nacional, trata de questões relevantes para os estados produtores, dos quais Minas é o principal. A mais importante é a reestruturação dos *royalties* dos minérios através da Compensação Financeira de Exploração Mineral (CFEM). Prevê-se a duplicação dos *royalties* da CFEM paga à União, aos estados e aos municípios onde ocorre a atividade mineratória. Ademais, é fundamental estabelecer maior controle sobre a mineração no que diz respeito ao seu impacto ambiental e aos riscos que provoca às populações de modo geral. A regulação do setor precisa ser fortalecida, e isso compete tanto à administração federal quanto à estadual.

SITUAÇÃO SOCIAL

A análise da situação social de Minas Gerais, desde o início do século XXI, revela uma visível melhoria nos indicadores mais importantes.³ Essa evolução acompanhou em linhas gerais a trajetória do país como um todo. No entanto, há algumas peculiaridades que merecem ser apontadas.

A seguir se apresenta uma síntese das informações sobre dimensões relevantes do quadro social e das políticas públicas nesse campo: renda e pobreza; desigualdade social; saúde; e proteção social. Mais à frente, serão analisadas em separado as áreas da educação e da segurança pública, as quais ocupam lugar estratégico no âmbito da administração estadual.

RENDA E POBREZA

Em 2009, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a renda domiciliar *per capita*, que indica o poder aquisitivo das famílias, era de R\$ 631,18 em Minas. Quase igual à do Brasil (R\$ 631,71), mas bem inferior à da região Sudeste (R\$ 759,48).

A pobreza extrema havia caído bastante. Em 2001, 9% da população estavam nessa condição. Em 2009, eram 3%, ou seja, um terço do número anterior. O percentual do Sudeste era até um pouco menor (2,33%), mas

3. A descrição do quadro social de Minas toma como fonte principal o relatório do IPEA (2012).

o do Brasil era de 5,16%. Nesse quesito, a situação de Minas se mostrava favorável.

A redução da pobreza no meio rural foi ainda mais ampla. Em 2001, o índice de pobreza extrema estava em 19,7%. Em 2009 havia caído para 5,56%. Nesse mesmo ano, o índice brasileiro ficou em 12,64%, e o da região Sudeste em 4,33%.

Esse resultado se devia em boa medida aos programas sociais do governo federal, tendo em conta que Minas é um dos principais estados contemplados pelo Programa Bolsa Família (PBF). O número de beneficiários do PBF em Minas é de cerca de 1.100.000 famílias.

O rendimento médio do trabalho (salário) era de R\$ 1.022,57, inferior ao da região Sudeste (R\$ 1.264,00) e mesmo ao do Brasil (R\$ 1.116,39). No caso da área rural, via-se a mesma tendência: o rendimento médio em Minas era de R\$ 586,87, bem menor que o do Sudeste (R\$ 722,53) e o do país (R\$ 625,45).

Esse dado sugere a relativa modéstia das condições de vida da sociedade mineira. Mas, tratando-se de média, temos que levar em conta as acentuadas diferenças entre classes sociais e também entre as zonas componentes do estado. Isso nos leva ao tema da desigualdade.

DESIGUALDADE SOCIAL

O estado de Minas Gerais se situa em 13º lugar entre as unidades da Federação na classificação de desigualdade social, com 0,474 no Índice de Gini, utilizado para mensurar essa variável. Tal resultado, apurado pela Pnadde 2013, corresponde de modo geral à posição mineira no conjunto do Brasil. Nessa pesquisa, o estado com menor desigualdade era Santa Catarina (0,436). O número de São Paulo é igual ao de Minas e o do Rio de Janeiro um pouco abaixo (0,480), em 17º lugar entre os estados (IBGE, 2013, Tabela 7.2.9).

Como é de se prever, o grau de desigualdade social varia bastante dentro do estado. Veja-se que a desigualdade no meio rural é menor que no meio urbano. O Índice de Gini rural é de 0,436, menor que o do Sudeste (0,446) e muito menor do que o do Brasil (0,490).

A variação entre as regiões é expressiva. Há dez anos, um estudo sobre distribuição de renda e pobreza (Simão, 2004) mostrava que a desigualdade

da renda tende a ser menor nas mesorregiões mais desenvolvidas do que nas menos desenvolvidas, uma vez que os índices de desigualdade das mesorregiões Vale do Mucuri, Norte de Minas, Jequitinhonha e Noroeste de Minas eram os mais elevados de Minas Gerais.

Em contraponto a essa proposição, porém, a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentava um dos maiores índices de desigualdade. O motivo seria a coexistência, nessa área desenvolvida do estado, de grande número de ricos e também de pobres. Ali se concentrava quase $\frac{1}{4}$ da população pobre de Minas. (Simão, 2004).

Quanto à pobreza, três das mesorregiões citadas (Mucuri, Jequitinhonha e Norte), embora tivessem uma parcela relativamente pequena da população de Minas, não podiam ser negligenciadas pois metade de sua população vivia em situação de pobreza. E parte significativa enfrentava a extrema pobreza. Desde então, a pobreza foi consideravelmente reduzida, mas a questão da desigualdade permanece.

Tanto é que o Índice de Gini da região Norte de Minas, no ano de 2009, foi de 0,583, bem acima da média mineira (0,509). Apesar da queda no nível de desigualdade de renda no estado, a mesorregião Norte de Minas é ainda uma das regiões mais pobres do país. Juntamente com a região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, vive nessas regiões grande parte da população pobre e extremamente pobre do estado, talvez reflexo do seu baixo dinamismo econômico. (Lopes e Gusmão, 2012).

SEGURIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL

A seguridade é elemento importante nas condições de vida da população mineira. A Pnad de 2009 mostrou que a proporção da renda das famílias que advinha de transferências (Previdência, Bolsa Família etc.) era de 22,4%, claramente superior à proporção do Sudeste (20,5%) e do país (20,74%). Tal resultado deve ser analisado em conexão com o rendimento médio do trabalho, que é menor em Minas, como apontamos há pouco. O maior volume de renda da seguridade compensa o menor volume da renda com salário que os mineiros recebem. “A população mineira é mais dependente das transferências do que a do Sudeste. Isso pode estar relacionado com a baixa renda do trabalho em Minas Gerais, a menor entre os estados da região.” (IPEA, 2012, p. 22)

A cobertura previdenciária alcançava 78,71% da população idosa, superior também à do Sudeste (76,29%) e do Brasil (77,37%). Na área rural a cobertura foi aumentando desde o começo do século, tendo alcançado 88,87% da população idosa na pesquisa de 2009. Resultado igualmente superior ao do Sudeste (84%) e ao do país como um todo (86,5%).

No tocante à cobertura assistencial, já foi mencionado que Minas é um dos principais estados contemplados pelo Programa Bolsa Família (PBF). O número de famílias beneficiadas no estado é de cerca de 1.100.000. Há uma pequena flutuação em torno desse número. Em agosto de 2015, apoiava 1.120.592 famílias, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, gestor do Programa.

Outro programa assistencial de impacto é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante a transferência mensal de um salário-mínimo às pessoas idosas e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família. Foi instituído em 1996, a partir de um dispositivo da Constituição de 1988. Segundo a Rede SUAS, o BPC era recebido em 2013 por 394.203 mineiros, sendo 224.424 deficientes e 171.779 idosos.

Ambos os programas contribuíram fortemente para a redução da pobreza e, sobretudo, para a redução da indigência que se verificou em Minas no decorrer dos últimos 15 anos.

Quando se trata da política de assistência social, um indicador a ser destacado é a difusão dos equipamentos e unidades de atendimento pelo território, uma vez que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) compreende uma rede territorializada e funciona com base na articulação dos entes federativos entre si e com a comunidade. O sistema é acompanhado pelo IBGE através da MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais). E o quadro dela resultante mostra avanços em Minas, mas também certas limitações.

Segundo a MUNIC divulgada em maio de 2014, 99% dos municípios de Minas têm Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Trata-se de resultado bastante positivo. No Brasil, entre 2009 e 2013, o número evoluiu de 5.499 CRAS, em 4.032 municípios, para 7.986 CRAS em 5.437 municípios. Uma elevação de 45%. No Sudeste, o estado do Rio de Janeiro tem CRAS em todos os seus 92 municípios. Os outros estados, não tanto. Mas o índice mineiro é expressivo, pois se refere ao elevado número de 843 municípios.

Em outros aspectos da assistência, Minas Gerais precisa melhorar. Por exemplo, apenas 15% dos municípios mineiros têm unidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. A proporção nacional é de 22% dos municípios. E nos demais estados do Sudeste, o percentual é mais alto. Em São Paulo, 63% dos municípios mantêm unidades para esse tipo de atendimento.

Para internação de adolescentes, funcionam em Minas 33 unidades socioeducativas, com capacidade para 1.222 internos. Mas elas estão lotadas, com 1.563 adolescentes computados em 2014.

Apenas 24% dos municípios mineiros possuem centros de referência especializados para população em situação de rua, também abaixo da média nacional, que é de 36,4%. Analogamente, 18 municípios (2,1%) em Minas mantêm abrigos para mulheres vítimas de violência. Em todo o Brasil, são 152 municípios (2,7%). O percentual mineiro está abaixo da média, mas deve-se ponderar que tais unidades se encontram em cidades grandes, ao passo que a vasta maioria dos municípios é de pequena população, muitos deles de fisionomia rural.

Do ponto de vista institucional, a política de assistência social repousa na parceria entre os níveis governamentais. O município é a base do sistema: o desenho do SUAS prevê a municipalização dos serviços e da gestão. No entanto, a capacidade dos municípios é muito desigual, financeiramente e tecnicamente. Diante disso, é imprescindível o apoio das administrações superiores, a estadual e a federal.

O governo de Minas tem sido pouco ativo na área da assistência social e um sinal disso é a instabilidade da pasta encarregada do setor. Ela já teve várias denominações e incumbências dentro da máquina estadual, mas sempre ocupando lugar periférico.

No entanto, sua contribuição pode ser muito maior. Principalmente ao atuar como parceiro dos municípios no processo de descentralização do sistema. Tal possibilidade foi mostrada por Palotti e Costa (2011), que analisaram a implementação do SUAS em Minas com a finalidade de verificar o papel dos arranjos intergovernamentais. Eles focalizaram dois casos: a habilitação dos municípios ao SUAS e a implementação dos CRAS.

Em 1997, quase todos os municípios estavam sob gestão estadual. Dez anos depois era o inverso: quase todos já estavam habilitados para gestão municipal. O que aconteceu foi uma conjunção positiva de estímulos

dos governos federal e estadual para apoiar a municipalização. Da parte do gestor estadual, a Subsecretaria de Assistência Social constituiu “mutirão de ações” com a equipe interna e pessoal contratado para auxiliar diretamente os municípios no processo de habilitação. Na classificação dos estados quanto à porcentagem de municípios habilitados, Minas Gerais passou rapidamente do penúltimo para o quinto lugar naquele período.

No tocante à implantação dos CRAS, que são a porta de entrada da população no sistema de assistência, o governo de Minas Gerais participou no cofinanciamento da sua expansão desde o começo. Esse esforço derivou em parte da atuação da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa no acolhimento de emendas ao Plano Plurianual (PPAG). Além disso, a instituição do Piso Mineiro de Assistência Social, em 2010, no valor de R\$ 2,20 por família cadastrada, representou outra modalidade de cofinanciamento, prevista para atingir todos os municípios em 2015.

Como anotaram Palotti e Costa (2011) a convergência de esforços dos três entes da Federação é significativa na medida em que o arranjo constitucional brasileiro não lhes atribuiu competências bem definidas no campo das políticas sociais. Dada a desigualdade de condições entre os entes, o papel das relações intergovernamentais é crucial para que a descentralização possa se realizar adequadamente.

SAÚDE

O panorama da saúde em Minas Gerais reflete, em linhas gerais, os rumos do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. A evolução demográfica indica crescimento do número de idosos e diminuição da população infantil, o que traz consequências para o cenário da morbidade e, portanto, para o sistema de atendimento à saúde da população.

Junto com a transição demográfica, associada ao processo de desenvolvimento, ocorre uma transição epidemiológica, assim caracterizada em estudo do sistema mineiro de saúde (Marques et alii, 2010, p. 141):

O estado de Minas Gerais vive uma transição epidemiológica singular, denominada de tripla carga de doenças, que envolve, ao mesmo tempo, uma agenda não concluída de infecções, desnutrição e problemas de saúde reprodutiva; o desafio das doenças crônicas e de seus fatores de riscos, como tabagismo,

sobrepeso, inatividade física e alimentação inadequada; e o forte crescimento das causas externas devido ao problema da violência.

Acrescentam os autores que tal situação, em que $\frac{3}{4}$ das doenças são determinadas por condições crônicas (66% por doenças crônicas e 9% por causas maternas e perinatais), não pode ser enfrentada, com sucesso, por um sistema de atenção à saúde que é fragmentado e voltado, principalmente, para o atendimento de condições agudas, por meio de pronto atendimento ambulatorial e hospitalar. Para eles, essa incoerência entre a situação de saúde e o sistema de atendimento praticado constitui o principal problema do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado.

Trata-se de realidade mais geral, que não se restringe ao território mineiro. Tem a ver com o modelo de saúde pública adotado no país, que produziu importantes avanços a partir da criação do SUS pela Constituição de 1988, mas que apresenta, por outro lado, insuficiências e dificuldades para se realizar plenamente conforme o conceito então adotado. O subfinanciamento do SUS é frequentemente questionado, mas há também tensões permanentes acerca do modelo em si, a envolver grandes interesses privados. Portanto, obstáculos políticos e ideológicos ao lado das carências materiais.

Entre os progressos alcançados, destaca-se a queda na mortalidade infantil, medida pelo número de óbitos de crianças com menos de um ano para cada mil nascidos vivos. Em 2001 a taxa mineira era de 21,7. Em 2007, de 17,4. E em 2013, reduziu-se a 12,4 para cada mil nascidos vivos. Considerando esses valores, o estado de Minas se encontra em situação favorável no contexto nacional, uma vez que os índices brasileiros foram mais altos: 26,3 mortes de crianças em 2001, 20 em 2007 e 14 em 2013. (IPEA, 2012, p. 21; Saúde.mg.gov.br, 28/06/2014). No entanto, a grande maioria dos óbitos infantis decorre de causas evitáveis, segundo os especialistas em saúde.

Dados de morbidade da vigilância em saúde, divulgados pelo IBGE em junho de 2013, revelam, igualmente, tendência de melhoria para certas doenças em Minas. A incidência da **tuberculose** caiu de 23,14 por 100 mil habitantes em 2008 para 18,14 em 2012. Mortes por tuberculose também se reduziram um pouco, de 1,52 para 1,37 no mesmo período. A taxa de detecção da **hanseníase** seguiu tendência parecida: de 9,68 por 100 mil habitantes em 2008 para 7,37 em 2012. A **leptospirose**, cuja taxa de incidência em 2008 foi de 20,15 casos por 100 mil habitantes, caiu para 12

casos em 2012. Não houve mortes causadas por essa doença. A **malária** também não foi notificada no período.

Já no caso da **Aids**, a taxa de incidência variou ligeiramente em torno de 13 por 100 mil habitantes, e a taxa de mortalidade oscilou um pouco acima de 4 por 100 mil habitantes ao ano. A **meningite** e a **leishmaniose**, nas suas respectivas modalidades, também apresentam pequena oscilação de ano para ano.

O acesso a serviços de saúde tem melhorado ao longo dos últimos anos. O programa de Saúde da Família, iniciado em 1994, chegou, em dezembro de 2002, a cobrir 38,45% da população mineira por meio de 2.061 equipes. Dez anos depois alcançou a marca de 71% da população com 4.564 equipes. Proporção equivalente é atendida pelos Agentes Comunitários de Saúde. Os dois programas são instrumentos estratégicos da atenção básica à saúde que está na essência do conceito do SUS. O programa Mais Médicos tem reforçado esse trabalho no período recente, estendendo a cobertura para as áreas de maior vulnerabilidade social e econômica.

No contexto brasileiro, o estado de Minas ocupa posição intermediária em vários aspectos, inclusive no setor de saúde, o que pode ser atribuído à sua heterogeneidade socioeconômica, com áreas desenvolvidas e bem atendidas e outras áreas muito pobres e carentes. Veja-se a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, que classificou os estados em faixas conforme o acesso a serviços de saúde. Quanto à proporção de pessoas que tinham algum plano de saúde, médico ou odontológico, na primeira faixa (de 31% a 42%) estão São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. O estado de Minas se localiza na segunda faixa (de 20% a 30%), ao lado de outras unidades de perfil socialmente intermediário no país, como Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo.

Da mesma forma, Minas está numa segunda faixa quanto a consultas, médicos e dentistas. A proporção das pessoas que haviam consultado médico, nos últimos 12 meses, nessa faixa é de 68,8% a 73,6%. Acima desse número se situam apenas os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A consulta ao dentista é menos frequente: a segunda faixa, em que se classifica a população mineira, vai de 40,3% a 43,7% das pessoas. Acima disso estão São Paulo e os estados do Sul do país. Contudo, na higiene bucal o quadro mineiro é melhor; quanto à proporção de pessoas adultas que usavam escova, pasta de dente e fio dental para a limpeza dos den-

tes, Minas está na primeira faixa, com 60% ou mais, junto com São Paulo, Goiás e Espírito Santo.

Vejam, para completar, o quadro da oferta em termos da disponibilidade de profissionais da saúde, com informações dos respectivos conselhos profissionais.

Em dezembro de 2015, havia em Minas 48.112 inscritos no Conselho Regional de Medicina, atrás de São Paulo (125.323) e do Rio de Janeiro (64.038). Esses três estados tinham 57% dos médicos credenciados no país, os quais totalizavam 418.035.

O número de médicos tem aumentado gradualmente, em vista da expansão do ensino superior através de novas faculdades. Porém há uma alta concentração de médicos na capital: em 2010, eram 41% na capital e 59% no interior, conforme levantamento do CRM. Essa disparidade gera discussões recorrentes e foi o principal motivo da implantação do programa Mais Médicos.

Situação semelhante é a da odontologia. Em 2014, o estado de Minas tinha 30.223 cirurgiões dentistas credenciados, correspondendo a um para 654 habitantes. O país como um todo tinha 206.706 dentistas, ou seja, 1 para 760 habitantes. Cerca de 57% dos dentistas se concentravam nos três principais estados do Sudeste.

Na área da enfermagem, os profissionais registrados em Minas, no início de 2016, somavam 178.983, distribuídos por quatro categorias: enfermeiros (43.816), técnicos de enfermagem (97.205), auxiliares de enfermagem (27.017) e atendentes (10.945). O panorama da concentração no Sudeste é parecido com o das demais profissões da saúde.

EDUCAÇÃO

O exame do quadro educacional em Minas Gerais revela avanços e dificuldades. Os progressos têm sido bastante divulgados pela publicidade do governo estadual, ao passo que as dificuldades têm sido ressaltadas pelos trabalhadores da área, especialmente pelos professores e seus órgãos de representação. Em suma, há controvérsias sobre a situação, que assumem clara dimensão política na medida em que a administração estadual exerce papel estratégico na gestão do sistema educacional. Com efeito, em Minas, a despeito da diretriz constitucional de municipalizar o ensino fundamental, uma vasta rede de escolas estaduais coexiste com as redes municipais. Não se trata de sistema residual, pois a maior parte dos servidores públicos estaduais está ligada a essa atividade.

Começamos por um panorama geral da escolaridade mineira no contexto do país. Estudo do IPEA relativo à primeira década do século XXI registrava:

Minas Gerais tem escolaridade, medida pela média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, menor do que a do Sudeste e do que a nacional em todos os anos, de 2001 a 2009. No estado, essas médias são de 6,2 anos e 7,4 anos de estudo, enquanto que, para a região, elas são de 7,1 anos e 8,2 anos e para o país, de 6,4 anos e 7,5 anos, respectivamente. Entretanto, se considerarmos o crescimento de ponta a ponta no período, nota-se que Minas Gerais teve de-

sempenho (18,7%) igual ao nacional (18,7%) e superior ao do Sudeste (15,5%). Ainda assim, a população rural de Minas Gerais se encontrava, em 2009, com escolaridade muito baixa: 4,7 anos de estudo. (IPEA, 2012, p. 26)

A partir desse panorama, um olhar mais detido sobre dimensões específicas oferece indicações dos avanços e das dificuldades. A educação se distribui de modo desigual e apresenta viés etário muito forte. Conforme a Pesquisa por Amostra de Domicílios de 2011:

Para as pessoas mais jovens há uma universalização do ensino fundamental e o analfabetismo concentra-se na população acima de 60 anos de idade nas áreas rurais e regiões mais pobres do estado – Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce. Além disso, há uma cobertura menor do ensino médio e alto índice de repetência na população, fenômeno conhecido para a população do Brasil. (FJP, 2012, p. 2).

O analfabetismo é viva expressão da desigualdade entre faixas de idade e também entre regiões. Nesse quesito, Minas se situa um pouco acima da média nacional, mas abaixo da média do Sudeste. Em 2001, 12,4% dos brasileiros eram analfabetos; a taxa dos mineiros era de 11,7%, superior à do Sudeste, que era de 7,5%. Em 2009, essa relação permaneceu: os analfabetos compunham 8,5% da população de Minas Gerais, enquanto no Sudeste e no Brasil eles representavam 5,7% e 9,7% das pessoas, respectivamente. Há forte concentração de analfabetos na área rural: 25,3% em 2001 e 19,4% em 2009. As zonas menos urbanizadas, que são as mais pobres do estado, abrigam o maior número dos que não sabem ler, que são notadamente pessoas mais idosas. A média brasileira é ainda superior. (FJP, 2012, p. 28-29).

Passamos agora às informações referentes às etapas de formação escolar, utilizando o **Anuário Brasileiro de Educação Básica**. Vamos considerar, como referência, as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que foi aprovado em 2014. E estabelecer para comparação os anos de 1995 e 2013.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil se compõe de duas fases: a primeira cobre as crianças até três anos: a segunda é a fase da pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos. É a primeira etapa da Educação Básica e obrigatória a partir de quatro anos. A competência é dos municípios, e assim quase toda a oferta de

educação infantil vem de escolas municipais e (em menor escala) privadas.

A meta do PNE é atender metade das crianças brasileiras de zero a três anos até 2024. O que significa dobrar o atendimento atual, que é de 25%.

Em 1995 a porcentagem de crianças mineiras de zero a três anos na escola era de 5,63. Elevou-se para 23,2% em 2013. Foi um bom progresso, mas o estado permanece com o menor índice da região Sudeste, embora o ritmo de seu desempenho tenha superado o dos estados vizinhos. A média do Sudeste em 2011 era de 30,6%.

Deve-se mencionar, a propósito, que, entre 2011 e 2014, 549 creches foram aprovadas para Minas no programa Pró-Infância, do governo federal, representando investimento de R\$ 681 milhões. No Brasil, 4.900 creches foram aprovadas, com investimento de R\$ 6,2 bilhões.

Para a fase da pré-escola, a meta do Plano Nacional de Educação é de universalizar o atendimento até 2016. Não se trata, na verdade, de meta distante, uma vez que o número de crianças de quatro a cinco anos que frequentam escola em Minas mais que dobrou entre os anos analisados. Eram 40,2% em 1995 e 85,6% em 2013. Também aqui o ritmo do avanço mineiro foi um pouco superior ao da região: 49% das crianças do Sudeste de quatro a cinco anos estavam na pré-escola em 1995, e em 2011 eram 87,9%.

ENSINO FUNDAMENTAL

A meta do PNE é atender a toda a população de seis a 14 anos e garantir que 95% dos alunos concluam na idade recomendada até 2024. O atendimento hoje é praticamente universal, mas o estudo na idade certa ainda não.

Nesse nível, a situação de Minas Gerais é relativamente favorável, mesmo diante dos estados vizinhos mais desenvolvidos. Vamos tomar como base o ano de 2007, quando o ensino fundamental passou de oito para nove anos. Observando a trajetória de 2007 a 2013, constatamos que a taxa líquida de matrícula de alunos mineiros dos 6 aos 14 anos subiu de 92,9% para 95,6%. No Sudeste, ela passou de 93% para 94,5%.

Ao lado da dimensão quantitativa, é importante considerarmos o aspecto qualitativo. E nesse sentido se destaca a avaliação da aprendizagem nos diversos níveis de ensino. Até mesmo comparações internacionais têm atraído a atenção dos educadores, da mídia e do público em geral. Mas são as avaliações nacionais que recebem maior ênfase, pois influenciam diretamente na condução das políticas públicas e na gestão do sistema.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é o principal instrumento de avaliação educacional em âmbito nacional. Compreende indicadores referentes ao fluxo dos estudantes (aprovação, repetência ou abandono) e à média de seu desempenho em língua portuguesa e matemática. Os estados devem atingir metas específicas de qualidade a cada biênio.

Em 2013, a avaliação dos anos iniciais do ensino fundamental (ou seja, do 1º ao 5º ano) trouxe resultado positivo para Minas Gerais. Juntamente com São Paulo, figurou com a melhor nota do país: 6,1. Considerando-se apenas as redes estaduais, o estado de Minas também esteve à frente, com 6,2 pontos, ao lado do Paraná. Essa informação foi bastante comemorada pelo governo do estado.

No caso dos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), Minas apresentou também o melhor índice entre os estados (4,8 pontos). Mas aqui a primazia deve ser relativizada, uma vez que o Brasil não conseguiu alcançar a sua meta de qualidade para essa etapa do ensino. O desempenho ainda é insatisfatório de modo geral.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

O atendimento às pessoas com deficiência é contemplado pelo Plano Nacional de Educação. O objetivo é universalizar o acesso à educação básica e especializada para a respectiva população de quatro a 17 anos.

Em Minas, no ano de 2011, 48.365 pessoas com deficiência estavam matriculadas em classes comuns, 60% dos alunos estudavam em escolas municipais e 33% em escolas estaduais. A rede privada atendia a quase todos os restantes. Esses percentuais eram semelhantes aos do Sudeste e aos do Brasil em seu conjunto.

Já as matrículas em classes especiais ou em escolas exclusivas apresentavam outro padrão. Dos 38.139 alunos em Minas, quase 85% estudavam em estabelecimentos particulares, 11% em escolas estaduais e 4% em escolas municipais. Nesse ponto os números mineiros se diferenciam dos de seus vizinhos, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro. De fato, na região Sudeste, a rede particular atendia a uma proporção menor, na casa dos 75%, e as matrículas em escolas municipais (18%) superavam as estaduais (7%). No Brasil, as escolas privadas abarcavam 67% ou dois terços das matrículas e as municipais quase 20%.

Observe-se a posição hegemônica dos estabelecimentos privados em Minas e um papel maior da rede estadual no atendimento especializado aos deficientes em comparação com as redes municipais. Contudo, em alguns outros estados esse papel maior da rede estadual também foi constatado.

ENSINO MÉDIO

O ensino médio é visto geralmente como o grande gargalo da educação brasileira. É um gargalo que afeta gravemente a qualificação do trabalho e, portanto, a produtividade da economia. Essa é uma questão que tem pautado o debate sobre os obstáculos ao desenvolvimento do país nos últimos tempos.

Em termos quantitativos, houve um salto considerável em Minas Gerais: 21% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio em 1995, passando para 61,3% em 2013. É alentador, mas ainda muito longe da universalização que o Brasil deve buscar com empenho.

Diferentemente do que acontece no ensino fundamental, as diferenças regionais no Brasil são muito grandes no ensino médio. O Nordeste, em 2013, tinha 47,7% jovens matriculados, ao passo que o Sudeste tinha 62,8%. E, nesse caso, a superioridade do Sudeste era ampliada pela taxa de São Paulo (68%).

Sob o ângulo qualitativo, os dados do IDEB são menos animadores. No índice total (com a soma das redes pública e privada), 23 estados ficaram abaixo da meta projetada para 2013. Inclusive Minas Gerais, cuja meta era de 4,3 pontos. Em relação ao IDEB de 2011, Minas Gerais caiu de 3,9 para 3,8. Vem oscilando, na verdade, desde a primeira avaliação, em 2005, entre esses dois números. Ocupa o 8º lugar no Brasil.

O ensino médio é o nível de educação que compete especificamente aos estados. Por isso, ele deve merecer atenção especial em diagnósticos da situação nos estados. A rede de escolas estaduais em Minas alcançou 3,6 pontos no IDEB em 2013, uma pequena queda em relação aos 3,7 pontos de 2011. Está em quarto lugar no Brasil. Já a rede privada mineira, com 5,8 pontos, é a segunda do país, atrás de Santa Catarina, que atingiu 5,9 pontos.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional é o segmento do ensino médio que experimentou maior avanço desde o início do século XXI. As escolas técnicas

federais passaram por longo tempo de estagnação, em face da preferência de vários governos pelos estabelecimentos privados, como os do Sistema S, particularmente o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Esse declínio começou a mudar no governo Lula, que conferiu prioridade ao setor e expandiu a partir de 2005 os institutos técnicos de educação profissional e tecnológica. Tal política ganhou maior vulto com a criação, pela presidenta Dilma Rousseff, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Alguns dados demonstram o sucesso desse esforço. Os números do Censo Escolar evidenciam a tendência de crescimento da participação dos cursos técnicos no total de matrículas do ensino médio. Entre 2005 e 2011, a parcela das matrículas em cursos técnicos sobre o total no ensino médio regular passou de 8,2% para 14,9%, alcançando 1.200.000 alunos. Esta é uma tendência que se confirma em diversos estados, especialmente no Sudeste e no Sul do país. Em Minas Gerais, a proporção foi até superior, alcançando quase 18%.

O crescimento prosseguiu nos anos seguintes. A edição de 2013 do Censo Escolar registrava uma expansão de 110% nas matrículas em cursos técnicos da rede federal no triênio 2011-2013. As vagas no país passaram de 263.400 em 2010 para 553.200 em 2013. A proporção de alunos mineiros de cursos técnicos chegou a 19,5% sobre o total de alunos no ensino médio regular.

Dos 38 institutos federais de educação tecnológica, cinco estão em Minas Gerais, cobrindo quase todas as suas regiões: o do Norte de Minas (sediado em Montes Claros, com 8 campi), o do Sudeste de Minas (sediado em Juiz de Fora, com 8 campi), o do Sul de Minas (sediado em Pouso Alegre, com 8 campi), o do Triângulo Mineiro (sediado em Uberaba, com 7 campi) e o de Minas Gerais (sediado em Belo Horizonte, com 17 campi distribuídos pela área central do estado). Os institutos foram formados pela soma de escolas técnicas federais preexistentes e, na maioria, escolas implantadas a partir de 2003.

Há também o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), criado em meados do século XX em Belo Horizonte, importante estabelecimento de ensino médio e superior. Abrange também oito unidades descentralizadas em municípios do interior. Há, por fim, outras cinco escolas técnicas vinculadas a universidades federais.

Trata-se, portanto, de vasta estrutura de ensino, que se soma às escolas de formação profissional mantidas pelas federações empresariais (o Sistema

S) e por outras instituições privadas ou do chamado terceiro setor. Minas se destaca no cenário brasileiro por possuir o maior número de campi e um volume de matrículas que se aproximavam dos 100 mil alunos, dos quais dois terços na rede federal.

A meta do Plano Nacional é de triplicar matrículas de educação profissional técnica de nível médio, com 50% da expansão no segmento público. Isso significa alcançar 3.400.000 de matrículas ao fim do prazo compreendido pelo Plano. Atingir esse objetivo, no entanto, pode ser difícil à vista das limitações orçamentárias do governo federal, em tempos de ajuste nas contas públicas.

ENSINO SUPERIOR

À semelhança do ensino profissional, a expansão do ensino superior foi assumida como meta do governo Lula. Até então a rede universitária pública havia permanecido praticamente do mesmo tamanho que tinha no fim do regime ditatorial. A rede privada, contudo, cresceu bastante a partir de meados da década de 1990, quando foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O desempenho de Minas Gerais é ilustrativo dessa trajetória. Sua taxa líquida de matrícula (referente à população de 18 a 24 anos) passou de 4,6% em 1995 para 17,3% em 2013. Embora o percentual de Minas seja o menor da região Sudeste, o estado cresceu acima da média regional, a qual variou de 7,9% para 17,6% no período em tela. Considerando-se a região metropolitana de Belo Horizonte, a taxa se elevou de 7,1% em 1995 para 18,8% em 2013.

No referente aos alunos de pós-graduação, Minas ocupa o terceiro lugar no Brasil, um pouco abaixo do Rio de Janeiro e um pouco acima do Rio Grande do Sul, 4º colocado. São Paulo, nesse item, está muito à frente dos demais.

É de se destacar o predomínio da rede universitária federal nesse cenário. Tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Junto com o Rio de Janeiro, Minas Gerais é a unidade com maior presença do governo federal na educação superior. E essa não é uma realidade recente. A Universidade Federal de Ouro Preto se originou de uma faculdade criada pelo governo imperial em 1876; a Universidade Federal de Minas Gerais nasceu como estadual e foi federalizada em 1949; o mesmo ocorreu com a Universidade Federal de Viçosa, iniciativa do governo estadual na década de 1920 e que

foi assumida pelo governo federal em 1968. As demais universidades federais são as de Juiz de Fora, São João del Rei, Lavras, Uberlândia, Triângulo Mineiro (Uberaba), Alfenas, Itajubá e a mais recente Universidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Quase todas foram instituídas pelo governo federal a partir de faculdades isoladas que já pertenciam à sua rede.

O governo estadual, que outrora foi mais ativo nesse segmento da educação, mantém duas universidades, ambas criadas pela Constituição Mineira de 1989: a Universidade de Montes Claros e a Universidade do Estado de Minas Gerais, esta última abarcando diversas faculdades na capital e no interior.

O sistema universitário mineiro se completa com um número crescente de estabelecimentos particulares. Algumas instituições são comunitárias ou confessionais, com destaque para a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), uma das maiores universidades do estado. Outras têm perfil empresarial, entre as quais se encontram universidades e faculdades mantidas por grandes grupos com ações em bolsas de valores.

ENSINO À DISTÂNCIA

Como outros programas, a Educação à Distância começou para valer no Brasil com o governo Lula. Houve uma experiência anterior importante que foi o CEDERJ, no governo Brizola, capitaneada por Darcy Ribeiro, evidentemente circunscrita ao Rio de Janeiro. Com a sua visão vanguardista, Darcy Ribeiro percebeu que uns dos grandes problemas da educação no Brasil é a falta de professores em lugares distantes dos grandes centros. É grande o número de professores leigos em Física, Química, Matemática e Ciências Biológicas. Este problema anda de par com a falta de oportunidades de estudo para as camadas mais pobres da população que vivem distantes dos grandes centros – notadamente a população rural.

O modelo adotado no Brasil foi diferente do que se conhecia no mundo. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) surgiu como agência de financiamento da educação à distância localizada na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), numa diretoria criada para este fim, a Diretoria de Ensino à Distância. Ela constrói parcerias em dois eixos: com as universidades, que passam a oferecer cursos à distância em geral nos seus estados de origem; e com os governos municipais e estaduais para dotarem os municípios dos polos, onde se dão os encontros presenciais sem os quais não é possível realizar os cursos à distância.

A Capes tem financiado os cursos à distância através de bolsas pagas aos coordenadores de cursos, aos professores que atuam nos cursos, aos tutores à distância (que são os que atuam nas sedes dos cursos, geralmente as universidades), aos tutores presenciais que atuam nos polos e aos coordenadores de polos. Ela também financia os livros escritos e impressos especificamente para os cursos, as viagens de professores, tutores e coordenadores aos polos e cursos de capacitação para os tutores, laboratórios de informática nos polos, entre outras coisas.

Tem cabido aos governos estaduais e municipais construir ou adaptar os polos onde estes cursos realizam os seus encontros presenciais.

No estado de Minas Gerais a existência destes polos tem dependido das prefeituras. Algumas mais progressistas e com mais recursos têm investido nisto, mas outras têm polos extremamente precários que funcionam em escolas, sem uma boa conexão de internet, sem bibliotecas e sem laboratórios a não ser os doados pela Capes.

A omissão do governo estadual tem sido quase que completa, financiando a construção de alguns polos em terrenos de escolas estaduais em que há falta de quase tudo.

Diante dessa carência, a proposta que parece mais interessante é a criação de uma Universidade Aberta do Estado de Minas Gerais, não para competir com a UAB, o que não teria sentido, mas para lhe ser complementar, construindo e equipando polos, formando bibliotecas e laboratórios, induzindo a criação de novos cursos à distância nas áreas do estado onde há carência de profissionais.

PROFESSORES: REMUNERAÇÃO E CARREIRA

Em 2008, foi sancionada a lei federal n. 11.738, conhecida como Lei do Piso, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Em 2012, o Ministério da Educação (MEC) definiu em R\$ 1.451 o valor do piso nacional do magistério, um aumento de 22,2% em relação a 2011.

A Lei do Piso representou um avanço importante, mas ainda não está consolidada, com questionamentos na Justiça e o descumprimento em diversas unidades da federação e municípios.

Um problema da atividade dos professores é que uma parte deles leciona em mais de um lugar. Mas isso varia com o nível do ensino em que

atuam e também de estado para estado. Nos estados do Sudeste e do Sul essa proporção é maior que nas outras regiões do país. No Sudeste, a situação era a seguinte:

Tabela 6

Número de professores na educação básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam (Região Sudeste)

Estado	Total de docentes	Em uma escola	Em duas	Em três ou +
Minas Gerais	219.126	78%	20%	2%
Espírito Santo	38.618	72%	23%	5%
Rio de Janeiro	149.447	70%	22%	8%
São Paulo	413.184	76%	19%	4%
Região Sudeste	820.37	75%	20%	5%

Fonte: Anuário, 2015, p. 98.

O problema da instabilidade é complicado. Na realidade de hoje, há uma grande rotatividade de professores e muita instabilidade gerada por isso. Se for possível fixar o professor na escola, em uma jornada única, isso permitiria bons resultados, sob todos os pontos de vista.

Uma perspectiva que se abre é a da aplicação dos *royalties* do pré-sal na educação, no entanto isso é bem para o futuro.

A GESTÃO EDUCACIONAL E A VISÃO DOS DOCENTES

Para completar a exposição, vamos examinar o cenário da gestão educacional em Minas Gerais do ponto de vista dos professores. Os profissionais da educação constituem a parcela mais numerosa do funcionalismo mineiro e isso, por si só, já confere relevância aos seus posicionamentos. Além disso, é evidente que a melhoria do quadro educacional depende em grande medida do desempenho dos professores, de sua satisfação profissional e compromisso com o trabalho.

Um primeiro ponto é que desde 1979 todos os avanços na carreira docente foram conseguidos por meio de greves. Naquele ano a categoria iniciou uma longa trajetória de mobilização que a caracteriza até hoje. Foi fundada a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), que se transformou em órgão sindical com a sigla SIND-UTE.

Foram diversas as greves, desde então, resultando em reajustes salariais para professores e demais funcionários das escolas. Conseguiu-se um

plano de carreira, que garante promoções por tempo de serviço e formação acadêmica. E a eventual realização de concursos, para recompor o quadro com professores efetivos, no lugar dos designados em caráter provisório.

A rede escolar estadual continua grande porque conserva uma vasta quantidade de escolas fundamentais. O governo investiu pouco no ensino médio, e o fez apenas sob intensa pressão.

No tocante à administração de pessoal, o sistema, na verdade, é difícil de gerenciar, com a situação funcional cheia de disparidades. A existência de designados mascara a falta de professores, sobretudo de professores qualificados (ou seja, licenciados em suas disciplinas).

Quanto às escolas, a estrutura física melhorou, e para isso ajudou também a mobilização sindical. Mas a parte pedagógica não evoluiu de forma equivalente. Houve programas, mas lançados de forma imediatista, sem a continuidade necessária a uma efetiva política educacional. Por exemplo, o “Acercando o Passo” (no governo Eduardo Azeredo, de 1995 a 1998), voltado para o ciclo de 5ª a 8ª série, que tinha o intuito de apressar a certificação dos alunos que estavam fora da série certa, tentando resolver o problema por esse modo.

No governo seguinte, de Itamar Franco, houve uma tentativa de política educacional mais sólida, mas o governo congelou a carreira, fechando o acesso. Isso seria a semente do ajuste posterior, realizado por Aécio Neves a partir de 2003.

Houve concursos durante o governo Aécio, mas o cenário se complicou com a Lei Complementar n. 100, de 2007, que produziu uma efetivação caótica dos servidores, sem concurso público. A Lei n. 100 acabou anulada em 2014 pelo Supremo Tribunal Federal por infringir a Constituição. Cerca de 88.100 funcionários ficaram no limbo com essa decisão. O STF garantiu apenas a situação dos que tinham tempo para se aposentar.

O governo introduziu em 2004 uma importante mudança na estrutura da carreira, com nova nomenclatura, voltando todos ao começo, ao primeiro nível. Não alterou os salários, mas estes ficaram estagnados por falta de perspectiva a despeito dos esforços pessoais de cada professor. Foi também lançado um projeto para as escolas, que representava de fato um engajamento através de medidas administrativas.

Em 2005 houve concursos para todas as áreas. E começou o sistema de avaliação de desempenho, ligado à carreira. O modelo de gestão é visto como demasiado vertical, de cima para baixo e por isso a categoria não se sente responsável por ele. Não resulta em incentivo pedagógico construtivo.

Passados alguns anos, a questão do piso salarial dos professores entrou no centro da agenda. Em 2008 foi aprovada a Lei do Piso, na órbita federal. Em Minas, por sinal, já havia sido instituído, pelo governo Hélio Garcia (1991-1994), um piso salarial, que depois caiu com a desindexação trazida pelo Plano Real de combate à hiperinflação.

Em Minas, como em muitos outros estados, a legislação sobre o piso não foi cumprida, o que acarretou intensa mobilização, expressa em greves. A de 2011 foi particularmente longa: estendeu-se por 112 dias. Por fim, o governo declarou que acatava a reivindicação, mas enviou à Assembleia projeto de uma nova carreira, o que lhe permitiria controlar o montante salarial da área da educação. Isso porque poderia assim equacionar o problema dos aumentos vegetativos dos salários derivados de gratificações previstas em lei, como os quinquênios.

O novo sistema, proposto pelo governo Antônio Anastasia, se baseava na escolaridade/titulação do professor. Daí resultou uma bifurcação entre os antigos e os novos professores. Os novos se beneficiariam do sistema proposto, pela avaliação do desempenho. Mas os antigos se sentiram prejudicados pelo enquadramento baseado no salário, não pela carreira cumprida até então (que, aliás, já estava lesada). Ou seja, não se valorizava a sua qualificação e experiência de trabalho.

Um dos elementos do modelo de “choque de gestão” implantado pelo governo estadual a partir de 2003 é a avaliação de desempenho, que supõe um pagamento adicional conforme o desempenho. No entanto, isso não se efetivou, conforme relato da presidente do SIND-UTE, Beatriz Cerqueira:

O governo de Minas nunca pagou adicional de desempenho aos profissionais da educação da rede estadual. Vamos lembrar que em 2003 o então governador Aécio Neves fez uma reforma administrativa em que dividiu a categoria. Quem estava efetivo até aquele momento continuou com direitos como quinquênio, trintenário, e quem entrou depois de 2003 – estamos falando de cerca de 60% da nossa categoria, são dados da Secretaria da Educação – já entrou sem ter esses direitos. Então nós já tivemos aí um desnível de direitos dentro da própria escola. O governo, na época, substituiu – “olha, não vou te pagar mais trintenário, mas eu vou te pagar um adicional de desempenho”. Então o governo substituiu um direito por outra proposta que nunca foi efetivada, e os profissionais da educação nunca receberam o adicional de desempenho. (CERQUEIRA, 2013).

SEGURANÇA PÚBLICA

A questão da segurança pública recebeu grande atenção em Minas desde o fim do século XX, devido aos índices de violência e criminalidade relativamente elevados em comparação com épocas anteriores. O tema tem sido bastante discutido e passou a ser estudado por diversos núcleos de pesquisa especializada, o que levou à produção de boas fontes de informação e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade das políticas públicas adotadas para o setor.

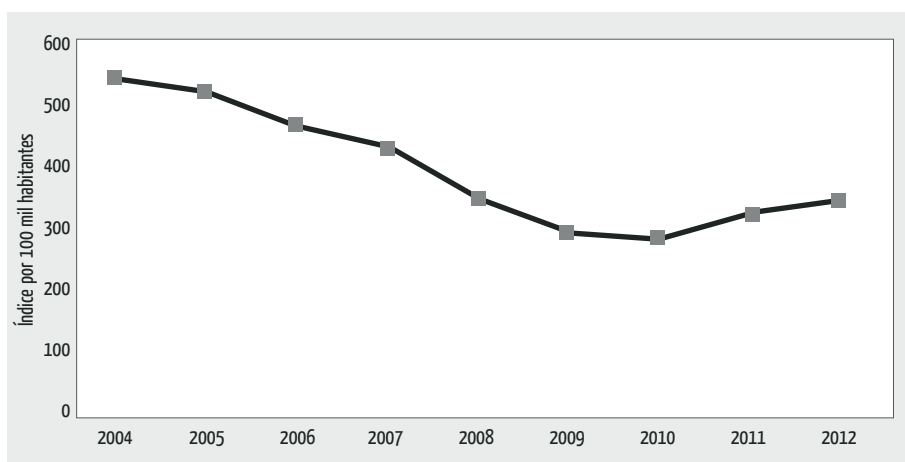
Como explicar o crescimento da violência em um país que avançou, e muito, na redução da pobreza? Esta é a pergunta que originou um livro recente de dois especialistas, Luiz Flávio Saporì e Glaúcio Soares (2014). A pergunta se aplica ao país e às suas diversas regiões. É bem oportuna no caso de Minas, onde os dois processos ocorreram lado a lado. Melhoraram as condições de vida da população e subiram os índices de violência.

○ PANORAMA RECENTE

Um conjunto de dados relevantes, registrados pela Secretaria de Estado da Defesa Social, demonstra essa elevação dos índices nos últimos tempos. Ela é clara no número de **crimes violentos**, que compreendem

homicídio, tentativa de homicídio, estupro, tentativa de estupro, extorsão mediante sequestro, sequestro e cárcere privado e, por fim, roubo.

Em etapa anterior, contudo, verificou-se um declínio consistente no índice de crimes violentos, como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 1**Minas Gerais – Índice de crimes violentos (2004-2012)**

Fonte: Informativo dos Índices de Criminalidade em Minas Gerais para o ano de 2012.

Em Minas, os crimes violentos cresceram continuamente entre 2010 e 2014: passaram de 57.562 crimes em 2010 para 94.707 em 2014 – vale dizer, crescimento de 64,5%, correspondendo a uma média de 283 crimes por dia. Tomando-se especificamente a capital, o crescimento se deu em ritmo um pouco menor: 49,5%. Foram 21.996 crimes em 2010 e 32.891 em 2014.

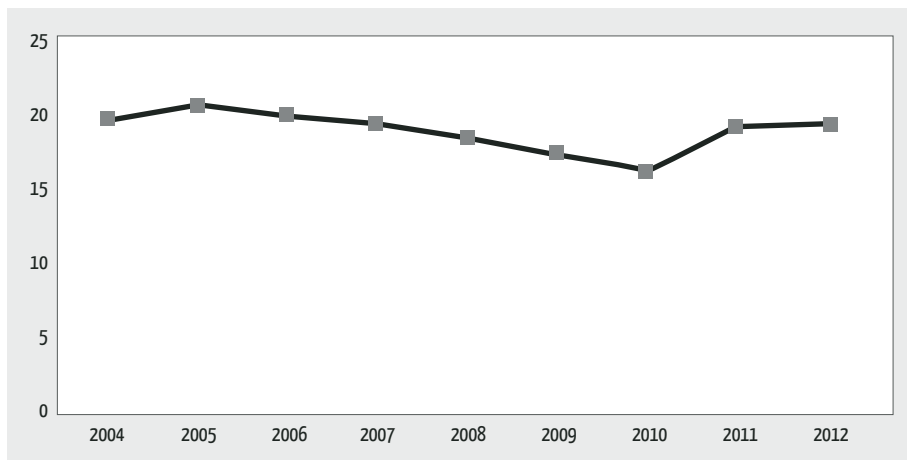
Ao focalizarmos os **homicídios**, verifica-se também alguma variação ao longo do tempo, como se observa no Gráfico 2.:

Os homicídios cresceram de 3.212 em 2010 para 4.163 em 2013, e daí caíram um pouco para 3.626. Isso representa uma taxa de 17,4 por 100 mil habitantes, número elevado em termos internacionais. Mas não no contexto brasileiro, a julgar pelo fato de que em 2011 a taxa de homicídios de Minas era apenas a 22^a entre os 27 estados da Federação.

No entanto, Belo Horizonte ocupava naquele ano posição intermediária entre as capitais de estados: era a 16^a entre as 27 quanto à taxa de

Gráfico 2

Minas Gerais – Taxa de homicídios (2004-2012)



Fonte: Informativo dos Índices de Criminalidade em Minas Gerais para o ano de 2012.

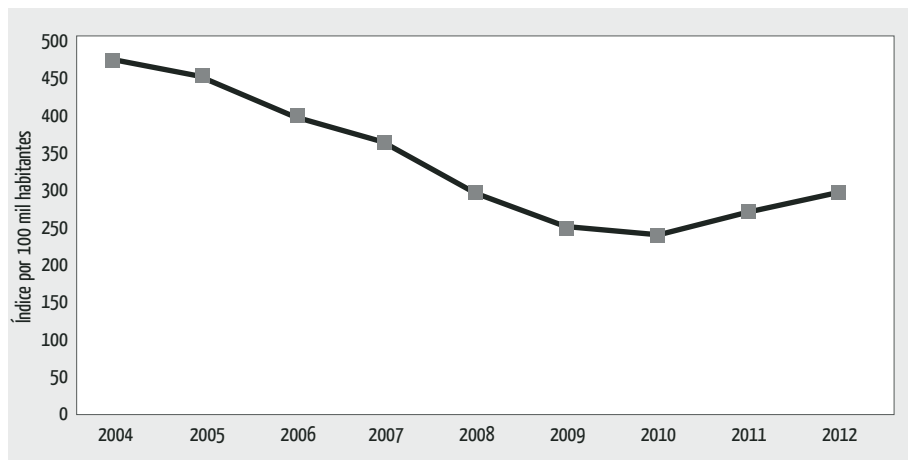
homicídios. Em Belo Horizonte a taxa foi de 23,8 por 100 mil habitantes em 2014 (604 homicídios), mas em anos anteriores a situação havia sido ainda mais grave: de 620 mortes em 2010, elevou-se a 843 em 2013, representando 33,5 por 100 mil habitantes.

A redução dos homicídios é um dado positivo, mas ainda estamos em patamar elevado de violência a ser equacionada.

Os **roubos** representam a vasta maioria dos crimes violentos: 88,5% do total em 2014, equivalendo a 83.813 roubos notificados no território estadual. Em 2010 haviam sido 47.312. Um aumento, portanto, de 77% em quatro anos. Em Belo Horizonte, tal como indicado acima, o aumento foi um pouco menor, de 53,5%: de 20.302 roubos em 2010 passou-se para 31.174 em 2014.

Abrindo mais o foco temporal, pode-se notar uma oscilação clara do número de roubos desde o fim do século XX. Como notam Saporì e Soares (2014, p. 18), “houve crescimento expressivo entre 1999 e 2003, seguido de redução contínua até 2010. Entre 2011 e 2013 a incidência de roubos voltou a crescer, num nível superior a 50%.”

A referida oscilação é ilustrada pelo seguinte gráfico, correspondente aos números anuais de 2004 a 2012:

Gráfico 3**Minas Gerais – Índice de crimes violentos contra o patrimônio (2004-2012)**

Fonte: Informativo dos Índices de Criminalidade em Minas Gerais para o ano de 2012.

A JUVENTUDE COMO ALVO

Em todos os estudos nota-se uma preocupação especial com a população jovem. O problema do jovem infrator tem sido um desafio, na medida em que faltam vagas em unidades de internação e é deficiente o acompanhamento das medidas socioeducativas previstas pela legislação.

Estudo de 2013 promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público apontou superlotação nas 18 unidades de internação de menores que então existiam em Minas. Para uma capacidade de 824 vagas, essas unidades abrigavam 905 internos. (CNMP, 2013, p. 17).

O mesmo estudo ressaltou a inadequação da rede de internações diante dos requisitos do Estatuto da Criança e do Adolescente para tratar dos jovens infratores. Ponto de especial preocupação se refere à necessidade de separar os internos conforme a modalidade de internação (se provisória ou definitiva), o tipo de infração (mais ou menos grave), a idade e a compleição física, justamente para proporcionar sua ressocialização e prevenir seu envolvimento em trajetórias criminais. Esse cuidado é constatado em parte dos estabelecimentos, variando muito entre os estados. Os estados do Sudeste, inclusive Minas Gerais, não estão entre os mais atentos nesse sentido. Contudo, o desempenho do Sudeste é superior ao das demais regiões

quando se se trata das condições de educação aos internos, indicadas por salas de aula adequadas com suporte de bibliotecas, e ainda por oficinas de profissionalização e espaços de cultura, esporte e lazer.

Desafio ainda maior é posto pela morte elevada de jovens, especialmente negros, pobres e de baixa escolaridade.

O relatório do IPEA sobre a situação social nos estados, publicado em 2012, deu destaque à taxa de homicídio masculina (número de mortes por 100 mil habitantes), para a faixa etária de 15 a 29 anos. Este indicador serve como *proxy* da violência urbana, uma vez que os homicídios relacionados com questões de tráfico afetam mais os homens jovens.

No caso do Brasil, a taxa caiu de 101,4 em 2001 para 94,3 em 2007, uma diminuição de 7%. Minas Gerais apresentou desempenho sofrível nesse particular. No começo da década, tinha a menor taxa entre os estados da região Sudeste. Contudo, ao longo do período, seu indicador aumentou 74,7%, enquanto a média regional baixou 37%. (IPEA, 2012, p. 22).

Há um contraste dramático entre causas da mortalidade juvenil e causas da mortalidade nas demais faixas etárias. Houve, ao longo do século XX, uma mudança de padrão – do predomínio de mortes por doenças para mortes violentas, que resultam de causas externas (homicídios, suicídios e acidentes de trânsito). Conforme dados de 2007, a proporção de mortes por causas externas entre os jovens era de 73%; entre os demais segmentos da população, não passava de 10%. (Braga e Martins, 2012).

A criminalidade se concentra em lugares dominados por gangues de jovens. A dimensão territorial ganha relevo na explicação: o surgimento de grupos de jovens delinquentes tem muito a ver com locais marcados pela degradação urbana, pela presença precária do Estado e pela exclusão social. Além disso, o tráfico de drogas provoca violência entre gangues armadas, disputando territórios. Nessa disputa um grande número de jovens se envolve, como autores e vítimas de agressões violentas.

GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O debate brasileiro sobre violência e criminalidade, no plano do senso comum, mostra a prevalência de uma mentalidade punitiva, em contraste com uma corrente minoritária da opinião pública que ressalta a dimensão social do problema. Por certo, os avanços sociais do país não têm o condão

de resolvê-lo, mas exercem influência positiva ao criar condições para uma sociedade mais integrada, ou menos desequilibrada socialmente do que sempre foi o Brasil desde suas origens.

Ao lado disso, questões que se ligam ao sistema de controle da violência devem ocupar a atenção das autoridades responsáveis. São questões gerais, mas que se materializam em Minas por meio de carências e dificuldades institucionais. Houve também melhorias, que abrem perspectivas em várias frentes.

No que diz respeito à administração estadual, dois temas se destacam: o sistema prisional e o funcionamento da polícia.

A população carcerária subiu exponencialmente desde o início do século XXI. Entre 2005 e 2014 o aumento foi de 163%. Com isso, Minas alcançou a faixa correspondente à média nacional de 300 presos por 100 mil habitantes. (Infopen, 2015). Essa evolução se liga, em parte, ao agravamento dos índices de criminalidade; mas, de outra parte, reflete uma maior efetividade do sistema penal.

Com efeito, a rede de penitenciárias foi ampliada paulatinamente, o que permitiu reduzir o número excessivo de prisioneiros depositados em delegacias e instalações policiais. Embora o problema da superlotação ainda permaneça, deve-se destacar o aprimoramento do sistema penitenciário, com a profissionalização do seu corpo funcional. Segundo o Infopen, Minas é um dos estados com melhores serviços de atenção sociopsicológica e jurídica aos presidiários. O número de profissionais da saúde também cresceu e metade das unidades dispõe de médicos. Outra face da melhoria funcional se observa no contingente de agentes penitenciários, que é proporcionalmente um dos maiores do Brasil. A proporção é de um agente para 42 presos.

O sistema prisional mineiro tem apresentado experiências inovadoras, como as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACS), capazes de contribuir significativamente para a ressocialização dos presos e sua inserção construtiva na comunidade. Outra inovação, essa mais polêmica, é a do Complexo Penitenciário Público-Privado, em Ribeirão das Neves, município próximo à capital onde se localiza, desde a década de 1940, a maior penitenciária mantida pelo estado de Minas. A privatização de penitenciárias é ideia recente e ainda não se tem uma perspectiva de tempo para avaliar suas vantagens e desvantagens, seja na esfera penal ou na das finanças públicas.

Quanto ao funcionamento da polícia, houve um avanço considerável com a formulação de uma estratégia baseada na criação da Secretaria da Defesa Social, em 2003. O eixo seria a integração das duas instituições policiais do estado, a Polícia Civil e a Polícia Militar, através das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP). A integração foi planejada para abarcar o planejamento operacional, as áreas de atuação e o registro das ocorrências criminais, além da própria formação dos policiais.

Trata-se de medida fundamental, mas que tem caminhado com tropeços, em vista da rivalidade entre as duas polícias e do seu apego às respectivas tradições corporativas. Além disso, há certa assimetria organizacional entre elas, com a Polícia Civil apresentando elevado *déficit* de pessoal. O Sindpol, sindicato da categoria, tem batido nessa tecla, mostrando que o número de policiais previstos pela Lei Orgânica do Estado de Minas Gerais é de 17.517, ao passo que os 853 municípios são atendidos por cerca de 10 mil no momento. A defasagem abrange os cargos de delegados e principalmente os de investigadores.

A recomposição dos quadros de servidores é objetivo importante para melhorar o cenário da integração das polícias, pedra angular da estratégia mineira de segurança pública.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Nesta seção serão examinados dois temas do mundo rural que articulam a economia com a questão social: a agricultura familiar e a reforma agrária.

AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar ocupa lugar importante na estrutura socioeconômica de Minas Gerais. E seu papel poderá ser ainda maior na perspectiva de um caminho de desenvolvimento mais sustentável do que o modelo implementado até hoje no país.

O número de agricultores familiares, segundo o Censo Agropecuário de 2006, era de 437.320 em Minas. Esse número correspondia a 79% das propriedades rurais do estado e 62% da mão de obra ocupada no campo. (IBGE, 2006).

Um dado mais recente corrobora o registrado em 2006. Trata-se do número de documentos de certificação da condição de agricultores/as familiares, as DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). O Pronaf é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Há em Minas 402.762 pessoas físicas com DAP.⁴ E 481 pessoas jurídicas, englobando associações e

4. A DAP é concedida a famílias, mas o número de famílias é menor do que o mencionado. Isso porque há famílias de uma pessoa (apenas um CPF titular), mas boa parte tem dois titulares (e dois CPFs).

cooperativas. O documento se destina a agricultores familiares e assentados da reforma agrária.⁵

O número de contratos do Pronaf, na safra de 2014/2015, chegou a 179.403 em Minas, perfazendo um investimento superior a R\$ 2,4 bilhões. A evolução do Programa, desde o início do século, foi a seguinte:

Tabela 9

Pronaf – Contratos por safra (Minas Gerais, anos selecionados)

Safra	Contratos	Valor (R\$)
1999/2000	59.369	197.726.736
2002/2003	59.683	225.886.699
2005/2006	212.188	759.754.187
2008/2009	186.999	1.302.509.498
2011/2012	174.191	1.872.518.667
2014/2015	179.403	2.442.149.954

Fonte: Informações_do_MDAe/IN CRA_uf_19_05_15, p. 3.

Entre as diversas iniciativas de estímulo à agricultura familiar, destacam-se os programas de compras públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Eles dão oportunidade ao segmento de valorizar seus produtos e melhorar sua renda, num quadro de demanda estável propiciada pelos compradores oficiais. Evita-se, nesse caso, a dependência dos agricultores em face dos intermediários que costumam ficar com fatia significativa dos frutos da produção. Além disso, ambos os programas têm causado impacto positivo na dinamização das economias locais.

Ao lado do fomento da produção e da comercialização, é preciso apoiar as famílias em suas condições de vida social e cultural. A juventude rural, em particular, é alvo de preocupação, na medida em que a permanência dos jovens é condição óbvia para que a atividade familiar prossiga de geração em geração. A garantia de direitos básicos – como educação e saúde – e o acesso aos confortos da vida moderna, incluindo a tecnologia e a informação, podem equilibrar a atração da cidade para os jovens do campo.

5. A DAP começou como atestado da condição de agricultor familiar, e ao longo dos anos adquiriu função mais ampla, como uma espécie de passaporte para uma cesta de políticas públicas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Garantia Safra, Minha Casa Minha Vida Rural, Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), dentre outras políticas e programas pertinentes.

Uma formulação relevante para englobar os temas do desenvolvimento agrário numa perspectiva ampliada é a dos Territórios da Cidadania.

Os Territórios foram criados em 2007, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), seguindo uma abordagem territorial de políticas públicas. São consórcios de municípios. A proposta é articular e convergir políticas públicas e a vida em geral nesses municípios.

Os Territórios se organizam e requerem seu reconhecimento pelo MDA. Alguns estados estão completamente territorializados, tendo os respectivos governos adotado esta abordagem.

O que une os municípios em um Território é uma identidade (cultural, geográfica, turística etc.). Há um município principal. A partir da constituição do Território é organizado um colegiado, o Codeter, para acompanhar a execução das políticas. Metade do colegiado é composta pelo poder público (prefeituras) e a outra metade pela sociedade civil.

Minas Gerais tem 13 Territórios. Destes, nove são Territórios da Cidadania e quatro são Territórios de Identidade. Eles se situam do centro para o norte de Minas, com exceção de um na Zona da Mata (de Muriaé para cima, no eixo da rodovia Rio-Bahia). Os demais ficam nas zonas Noroeste (Paracatu), Centro-Norte (de Curvelo até Bocaiuva), Vales do Jequitinhonha, Mucuri (Teófilo Otoni) e Rio Doce (Governador Valadares).

A QUESTÃO DA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA

A questão fundiária em Minas é menos discutida do que deveria ser. De fato, a história da posse e do uso da terra nessa parte do Brasil é bastante reveladora das características do nosso processo de desenvolvimento, desigual e assimétrico desde sempre.

Na origem da questão se encontra o processo de ocupação do território, já esboçado na seção inicial deste livro. No século XVIII, a população se concentrou nas áreas das minas de ouro e diamantes; o resto era esparsamente povoado. No século XIX, predominou um processo de ruralização, por movimento centrípeto, ocupando-se o Oeste, o Sul e a Mata, além de algumas áreas do Norte de Minas. Já no século XX, ocorreu o preenchimento de espaços relativamente vazios a leste: o vale do rio Doce e o vale do Mucuri.

Essa última onda foi a mais problemática. Aos poucos, a questão da terra se tornou visível, de uma forma que não havia acontecido no passado.

De fato, o setor rural mineiro se estabelecera em escala menos concentrada do que a das áreas brasileiras voltadas para a exportação, como o Nordeste do açúcar. Havia uma numerosa classe média rural de pequenos produtores, cuja produção excedente ia em geral para mercados locais. Esse padrão mudou em meados do século XX, quando empresas grandes (do ramo siderúrgico, sobretudo) buscaram áreas para desmatar e fazer carvão vegetal, desalojando os posseiros que se espalhavam pelo vale do rio Doce. Um processo de violência difusa, sustentada pelo próprio poder público através da polícia. No vale do Mucuri, na mesma época, amplas extensões de terras devolutas foram ocupadas por grileiros influentes na região, assunto que rendeu muita polêmica na Assembleia Legislativa.

Certo é que em 1964 a questão agrária estava quente em Minas, tanto do lado dos movimentos reivindicativos quanto do lado dos proprietários rurais, que se dispunham a pegar em armas para defender a estrutura vigente. O golpe esfriou os ânimos e o tema foi interdito durante o regime militar. Quando os ventos democráticos voltaram a soprar, constatou-se que Minas era um dos estados onde a reforma agrária seria necessária.

O primeiro Censo de Reforma Agrária, realizado em 1997 pela Universidade de Brasília juntamente com o Incra, por encomenda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, registrou em Minas a existência de 44 projetos de assentamento. Foram recenseados 2.793 beneficiários no estado, mas se estimava que seu total seria um pouco maior, de cerca de 3.200 beneficiários. (Schmidt, Marinho e Rosa, 1998, p.55).

Para contextualizar, na região Sudeste foram recenseados 9.546 beneficiários. No Brasil, 159.778. Assim, o número obtido em Minas correspondia a 1,75% do total nacional. Não era muito, efetivamente, tanto mais que o Incra calculava uma capacidade ociosa de 30% nos projetos mineiros de assentamento. Eles poderiam conter até 4.156 beneficiários naquele momento.

No entanto, até os primeiros anos do século XXI quem percorria as principais rodovias mineiras se deparava com acampamentos de famílias sem-terra à espera de solução para suas reivindicações. Era fato conhecido e comentado pelos que se preocupavam com a causa da reforma agrária.

Desde então, houve uma mudança de patamar. Até abril de 2015, o número de famílias assentadas alcançou 19.606, utilizando uma área reformada de pouco mais de 1 milhão de hectares. Havia 407 projetos de reforma agrária em Minas, sendo 353 assentamentos federais, 17 assentamentos

estaduais, um assentamento agroextrativista federal e 36 reassentamentos de barragem.

ATUAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL

Em 2015, o novo governador do estado, Fernando Pimentel, criou a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, com função análoga à do MDA no plano federal. Pastas equivalentes foram também criadas recentemente em outros estados, como Pernambuco e Maranhão.

Essa medida tende a fortalecer a atuação do governo de Minas na área do desenvolvimento agrário. O histórico da sua atuação, na verdade, é limitado. O maior peso sempre foi dado ao agronegócio e à grande propriedade agropecuária.

Iniciativas de fomento à modernização da agricultura foram tomadas em âmbito estadual ao longo do século XX. Deve-se destacar a preocupação com a educação, a ciência e a tecnologia, começando com o ensino elementar e alcançando na década de 1920 o ensino superior, com a Escola de Agricultura de Viçosa, berço de um dos principais centros brasileiros em ciências agrárias.

Após a ruptura de 1964 foi criada a Fundação Rural Mineira (Rural-Minas), voltada para a colonização e a titulação de terras, mas numa linha diferente da proposta anterior de reforma agrária. O foco de sua atuação tem sido o Norte de Minas, com uma série de planos de desenvolvimento integrado e projetos de infraestrutura para áreas desaproveitadas.

O governo se aproximou de uma política agrária propriamente dita com a criação do Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER), na gestão de Itamar Franco (1999-2002). Foi a primeira medida, no âmbito da administração estadual, para cuidar da questão fundiária numa perspectiva favorável aos pequenos produtores. No entanto, este órgão foi gradualmente esvaziado durante os mandatos seguintes e sofreu críticas por mau funcionamento.

A principal contribuição do governo de Minas ao desenvolvimento agrário tem se dado no setor da assistência técnica. Nesse terreno, inclusive, a experiência mineira serviu de referência para o país. Há quase cem anos, a Escola de Viçosa já foi lançada com a ideia de conjugar o ensino, a pesquisa e a extensão rural. Em 1948, surgiu a Associação de Crédito e Assistência

Rural (Acar), transformada em 1975 na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Ela serviu de modelo para as demais empresas do gênero nos outros estados. E continua a ser a maior empresa de assistência técnica e extensão rural do país, responsável pela metade do que se faz nacionalmente nesse setor.

O papel da Emater é relevante para o processo de desenvolvimento agrário. Em especial para o funcionamento do Pronaf. Seus técnicos têm a incumbência de orientar os produtores para acesso ao Pronaf, participar da certificação dos requerentes da DAP e elaborar projetos para obtenção dos recursos. Alcançar um bom atendimento da empresa é, assim, estratégico para o sucesso do Programa e para a agricultura regional de modo geral.

Espera-se que, com a nova Secretaria de Desenvolvimento Agrário, essa área da administração seja fortalecida, inclusive pela possibilidade de maior convergência de objetivos e ações com o governo federal.

INFRAESTRUTURA: TRANSPORTES E ENERGIA

O panorama da infraestrutura mineira, a seguir, se inicia com uma apresentação da rede de transportes. Em seguida, será apresentado o setor de energia

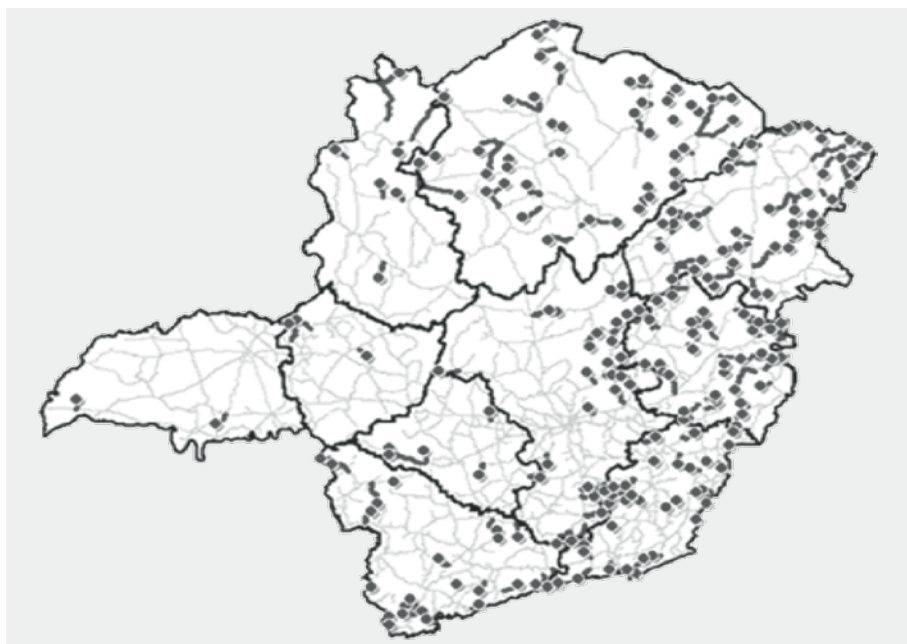
TRANSPORTES

RODOVIAS

No Brasil cerca de 65% da movimentação de cargas e 90% da movimentação dos passageiros ocorrem pelas rodovias. Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do Brasil, equivalente a 16% de toda a rede viária existente no país. Conforme resumo do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-MG), em 2014 o estado tinha 269.546 km de rodovias. Deste total, 9.231 km eram de rodovias federais, 26.685 km de rodovias estaduais, e o restante de rodovias municipais. Quanto às características das estradas, a malha federal é quase toda pavimentada. A estadual se divide em 20.876 km pavimentados e 5.809 km não pavimentados. A maioria das rodovias municipais não é pavimentada.

Levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT) mostra que o estado ficou em 13º lugar no *ranking* de investimentos por quilômetro do governo federal, entre 2003 e 2010. Pesquisa da CNT em outubro

O Processo, lançado em 2004, realizou um trabalho extenso e bem sucedido de interligação das sedes dos municípios mais isolados à rede pavimentada federal e estadual. O mapa n. 3 indica os locais de intervenção do Programa, com as obras realizadas até 2013.

Mapa 3**Locais de intervenção do Processo (2013)**

Fonte: DER-MG.

O governo federal efetuou, nos últimos anos, licitação pública para concessão de diversos trechos de rodovias federais que atravessam o estado de Minas Gerais, dentre os quais se destaca a BR-040 no trecho Brasília-Juiz de Fora. A duplicação de algumas dessas rodovias também está na ordem do dia tendo em vista o aumento do fluxo de veículos, destacando-se a obra já concluída da BR-262. Relevante é o esforço em andamento de modernização da BR-381 (no trecho de Belo Horizonte ao Vale do Aço, estendendo-se a Governador Valadares), rodovia com alta incidência de acidentes. Também é iniciativa do governo federal a doação de máquinas de terraplenagem para as prefeituras visando à melhoria das malhas viárias municipais.

FERROVIAS

Minas Gerais tem uma malha ferroviária de 5.300 km. Grandes empresas de logística operam no estado, pois ele é ponto de convergência das ferrovias e rodovias que ligam o Sul ao Norte do Brasil.

Há algum tempo foi inaugurado o Terminal Intermodal de Cargas, em Pirapora, no Norte do estado, para servir de corredor alternativo de exportação de grãos na região do Noroeste Mineiro.

As ferrovias são utilizadas fundamentalmente para o transporte de minérios, cimento, produtos siderúrgicos e produtos agrícolas. O uso para transporte de passageiros é mínimo; restringe-se à ferrovia Vitória a Minas. Existem, porém, alguns trechos com aproveitamento turístico (Ouro Preto-Mariana, São João del Rei-Tiradentes).

No Plano Nacional de Viação e no PAC 2 são mencionados novos trechos para investimento em ferrovia de transporte de passageiros, através de trens de alta velocidade, ligando Campinas ao Triângulo Mineiro e Campinas a Belo Horizonte.

PORTOS

Em Minas Gerais o rio São Francisco tem seu aproveitamento integrado ao sistema rodoferroviário da região, tendo o porto de Pirapora um papel preponderante. O Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH) indica em seu estudo de macrolocalização de terminais hidroviários as principais cidades da área de influência da hidrovia do rio São Francisco: Paracatu, Janaúria, Janaúba, Pirapora, Montes Claros, Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio e Patos de Minas.

Existem também os chamados “portos secos” ou estações aduaneiras do interior, para exportação e importação: Juiz de Fora, Varginha, Uberaba, Uberlândia e Betim, este na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que é o primeiro porto seco industrial do Brasil. Eles favorecem a integração com os portos marítimos do país e estão interligados ao sistema rodoviário, ferroviário e aeroviário do estado.

O governo mineiro assinou há alguns anos um protocolo com o governo do Rio de Janeiro para a utilização de área na região de Itaguaí para o uso de empresas mineiras.

O aumento da demanda internacional por produtos agropecuários estimula o investimento em modais de transporte mais eficientes para bara-

tear o frete do transporte de produtos que muitas vezes cruzam o planeta. A região Noroeste de Minas pode se beneficiar deste contexto e tem na hidrovia do rio São Francisco uma opção de transporte. A produção do estado, particularmente de minérios, cimento, produtos siderúrgicos e grãos, contudo, continuará sendo canalizada fundamentalmente para os portos oceânicos no Rio de Janeiro e Espírito Santo e, futuramente, pelo novo porto de Ilhéus, na Bahia, seja para exportação, seja para usar a navegação de cabotagem.

AEROPORTOS

Em Minas Gerais há 92 aeroportos homologados e em operação.⁶ O mais importante é o Aeroporto Internacional de Confins, na região metropolitana da Capital, com capacidade projetada para 20 milhões de passageiros/ano em 2020. Compreende ainda o primeiro aeroporto industrial do Brasil, que opera em Regime de Suspensão Tributária. O objetivo é torná-lo um *hub* logístico para empresas exportadoras e importadoras, que dependem de cadeias de suprimento globais com base no modal aéreo.

Há ligação aérea com os demais estados do Brasil e com alguns destinos no exterior por voos diretos (Estados Unidos, Portugal, Panamá e Argentina). As principais cidades de Minas dispõem de voos regulares que as ligam à capital e também a centros nacionais, como São Paulo e Brasília.

O lançamento pelo governo federal de um plano de recuperação e aproveitamento dos aeroportos regionais é oportuno para um estado de grande extensão territorial como Minas Gerais. A concessão à iniciativa privada da exploração das instalações e equipamentos do aeroporto de Confins visa a atrair investimentos para a sua ampliação e modernização.

ENERGIA

Cerca de 90% da energia elétrica produzida em Minas Gerais é de origem hidráulica. O restante é de origem térmica, gerada em usinas a óleo combustível, gás natural e em usinas de cogeração das indústrias siderúrgica, de papel/celulose e sucroalcooleira. O atendimento à demanda é feito pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), por outras concessio-

6. A lista dos aeroportos de Minas Gerais pode ser encontrada em: www.aeroportosdobrasil.com.br/minas_gerais_mg/aeroportos_estado_minas_gerais_mg_brasil.php

nárias de serviço público e pelas empresas autoprodutoras de energia elétrica. A maior concessionária privada é a Energisa, que atende a uma parte da Zona da Mata há mais de cem anos; chamava-se Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina e opera também em outros estados do país.

A Cemig é uma companhia mista controlada pelo governo de Minas. Fornece energia a 805 municípios mineiros. A presença da Cemig é uma garantia de tranquilidade no fornecimento de energia elétrica em sua área de atuação, mas indicadores recentes mostram a necessidade de melhoria do atendimento ao consumidor residencial.

Sua subsidiária de distribuição de gás (Gasmig) tem ampliado o fornecimento do insumo aos grandes consumidores, mas o aumento da oferta é o maior desafio, que está hoje sob monopólio real da Petrobras. O estado e empresas privadas pesquisam gás natural na bacia do rio São Francisco, não tendo ainda informações precisas sobre o potencial.

O programa federal Luz para Todos praticamente universalizou o acesso à energia elétrica do consumidor residencial, mas em termos absolutos ainda faltam alguns milhares de consumidores por ligar, além do crescimento vegetativo anual.

No debate político estadual, a Cemig tem sido alvo de polêmica. A empresa, fundada em 1951, tem grande relevância econômica para Minas, sem falar do seu valor simbólico para os mineiros. Em meados da década de 1990, quando o governo federal estimulava a privatização das companhias estaduais de energia, o governador Eduardo Azeredo, do PSDB, adotou uma solução intermediária: a venda de 30% das ações para um sócio estratégico – a norte-americana AES – com direito a comando compartilhado. A repercussão pública não foi boa e o governador seguinte, Itamar Franco, se empenhou em reverter tal acordo, o que foi conseguido. Voltando ao governo, o PSDB, com Aécio Neves, não retomou formalmente a privatização, mas adotou em vez disso uma lógica de empresa capitalista para a Cemig, com foco na captação de dividendos para o governo e na expansão da companhia para outros estados e mesmo para fora do país. A expansão se deu, por exemplo, com a aquisição do controle da Light no Rio de Janeiro. Foram criadas subsidiárias privadas: a Taesa, de transmissão; a Renova, de energia de fontes renováveis; e a Aliança Energia, formada em 2015, em associação com a Vale, para produzir energia térmica. O grupo Andrade Gutierrez substituiu a AES como sócio privado.

A crítica à Cemig passa pela constatação de que ela se tornou uma vendedora de energia a serviço dos seus acionistas – o governo estadual e os sócios privados. Há muito que não se investe em novas usinas. Seu quadro técnico perdeu qualidade, com a terceirização de serviços em lugar da realização de concursos. Por isso, o atendimento ao público piorou.

No entanto, argumenta-se a favor da companhia que ela se transformou na maior distribuidora de energia da América Latina. O fato de não se construírem novas usinas é atribuído ao esgotamento do potencial hidrelétrico do estado. Minas Gerais era chamada de “caixa d’água do Brasil”, mas seus rios utilizáveis para usinas já foram quase todos aproveitados pela Cemig e também pelo governo federal através de Furnas, que abastece o Rio de Janeiro e São Paulo.

De todo modo, a farta lucratividade proporcionada pela estatal não mais se sustenta. Os tempos mudaram, como declarou o atual presidente da Cemig, Mauro Borges, que assumiu em 2015:

Nossos compromissos fundamentais, pensando no longo prazo, são com o investimento, não são com a distribuição de dividendos. Mudou a política. O principal compromisso do governo de Minas, do conselho de administração e dos gestores é garantir crescimento de longo prazo da empresa. O investimento é prioritário à distribuição de dividendos.⁷

7. Mauro Borges, presidente da CEMIG, entrevista ao *Valor Econômico*, 4 de julho de 2015, p. B2.

SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

SANEAMENTO

Dentre as atividades de saneamento, o abastecimento de água potável e a coleta e tratamento de esgoto são realizados em Minas Gerais por companhias estaduais e por órgãos municipais. A limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos ficam a cargo dos municípios.

O governo estadual começou a estruturar uma política de saneamento na década de 1960. O passo principal se deu com a fundação da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), em 1974. A Copasa tinha como acionista majoritário o governo mineiro; a prefeitura de Belo Horizonte era outro sócio importante, uma vez que a capital foi a base da rede de municípios atendidos pela empresa. Esta se expandiu gradualmente e ganhou reconhecimento pela qualidade técnica do seu trabalho. Em 2003 tornou-se empresa de capital aberto e em 2006 entrou para o Novo Mercado da BM&FBovespa. O governo estadual manteve o controle, mas vendeu parte de suas ações, ao passo que a prefeitura vendeu toda a sua participação acionária. Para reforçar essa nova característica da empresa, o governo decidiu criar uma companhia paralela, a Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (Copanor), que passaria

a cobrir a porção mais pobre do estado, com tarifa reduzida para localidades com baixo IDH.

A rede de atendimento estadual compreende, portanto, estas duas empresas. A Copasa, com ações em bolsa, é lucrativa: em 2013, teve superávit de mais de 10%. A Copanor teve pequeno *déficit* no mesmo ano.⁸ O faturamento da companhia considerava precisamente esse cenário futuro – a dualidade entre as Minas em termos de desenvolvimento e poder aquisitivo.

Conforme os relatórios oficiais, a rede estadual abastecia de água cerca de 15 milhões de habitantes ao final de 2014. Nos serviços de esgoto, o número de municípios chegou a 233 em 2014, beneficiando uma população próxima a 10 milhões.

Os demais municípios são atendidos por serviços próprios, seja por órgãos autônomos ou por departamentos de água e esgoto da respectiva prefeitura. Entre eles se encontram municípios importantes como Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Governador Valadares e Poços de Caldas. Em alguns municípios (em Minas e em outros estados) empresas privadas têm disputado e ganhado licitações para prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento, uma tendência ainda incipiente, mas que deve crescer no futuro.

O sistema de saneamento como um todo é supervisionado pela Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), criada por lei estadual em 2009. A ela estão subordinados os municípios mineiros, cujos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados pela Copasa ou pela Copanor. Nos casos em que os serviços são realizados por órgãos da própria municipalidade, o município pode delegar, através de convênio, a regulação e fiscalização dos serviços à ARSAE-MG.

O diagnóstico de 2013, do Ministério das Cidades, registrou que 99,5% das sedes municipais tinham abastecimento de água. Uma situação próxima da universalização. Porém, nos distritos, a porcentagem era de 91,3%.

Sobre o tratamento da água, 71% das sedes com rede pública tinham o tratamento convencional, de melhor qualidade, 19,7% faziam simples desinfecção e 5,2%\$ distribuíam a água sem tratamento. Nos distritos, as porcentagens eram, respectivamente, de 25,4%, 34,3% e 34,8%.

8. Estas informações, e a maior parte das que se seguem, foram colhidas no Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto de 2013, do Ministério das Cidades. Outra fonte é o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento, sob responsabilidade da Fundação João Pinheiro, cujo link é <http://seis.fjp.mg.gov.br/index.php/estatisticas>.

Quanto aos esgotos, 91,2% das sedes tinham rede coletora. Nos distritos, 66,8%. O tratamento de esgotos, contudo, era mais precário: abrangia 24,3% das sedes e apenas 12,1% dos distritos, com a ressalva de que nem todo o esgoto coletado era realmente tratado.

No contexto brasileiro, a situação mineira é relativamente favorável. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012 (PNAD), o percentual médio de moradias com acesso à rede coletora de esgoto chegava a 77,3% em Minas, enquanto no Brasil essa taxa era de 57,1%. Quanto ao abastecimento de água por rede geral, em Minas, a média de domicílios atendidos atingia 86,3%, pouco acima da média nacional, de 85,4%.

No entanto, a acessibilidade à água encanada não tem correspondência no uso de água tratada, bem como no esgotamento sanitário, exigindo atenção prioritária e foco do poder público na definição de fontes de financiamento e ações de gestão para aproximar os indicadores de padrões mundiais.

A gestão de resíduos sólidos, objeto de lei federal que determina prazos e metas aos municípios, se transformou num grande desafio de gestão pública nos próximos anos.

Conforme o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento, praticamente todas as sedes municipais (99,6%) do estado contavam com o serviço de coleta de lixo no ano de 2011, assim como grande parcela dos distritos (92,8%). Somente 4,7% dos distritos não possuíam tal serviço e 2,4% não souberam responder. Em 2011, a maioria dos serviços de coleta domiciliar de resíduos sólidos em Minas Gerais estava sob responsabilidade das prefeituras, tanto nas sedes (84,5%) quanto nos distritos (78,3%), seguidas pelas empresas privadas (12,2% e 13,0% respectivamente) e por autarquias (1,2% e 3,0% respectivamente). As associações, autorizadas para atuar em condições específicas, conforme a Lei Federal 11.445/2007, participaram com 0,4% nas sedes e 0,1% nos distritos; os consórcios, com apenas 0,2% do total de operadoras nas sedes municipais.

De forma geral, existem três formas de disposição final de resíduos sólidos urbanos: os aterros sanitários, os aterros controlados e os lixões. Verifica-se que algumas sedes tiveram, em 2011, mais de uma unidade de destinação final: aterro controlado e aterro sanitário (1,5%), lixão e aterro controlado (2,5%). Apesar dessa destinação múltipla, ao se observarem as destinações unitárias, verifica-se que o aterro controlado sobressaiu sobre as demais formas de disposição final e participa com 58% do total. Os lixões

e os aterros sanitários vieram em segundo e terceiro lugar respectivamente, com 16,5% e 14,4%.

A Tabela 10, a seguir, oferece um panorama das modalidades de manejo de resíduos no conjunto dos municípios mineiros:

Tabela 10

Formas de destinação final de resíduos sólidos coletados nas sedes municipais (Minas Gerais – 2011)

Unidades de destinação final do lixo coletado	Nº absoluto	Percentual (%)
Aterro controlado	492	58,0
Aterro controlado, aterro sanitário	13	1,5
Aterro controlado, outro	12	1,4
Aterro sanitário	122	14,4
Aterro sanitário, outro	3	0,4
Lixão	140	16,5
Lixão, aterro controlado	21	2,5
Lixão, aterro controlado, aterro sanitário	1	0,1
Lixão, aterro sanitário	2	0,2
Lixão, outro	4	0,5
Outro	26	3,1
Não soube avaliar/não respondeu	13	1,5
Total	849	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP); Centro de Estatística e Informação (CEI); Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).

No que tange à destinação unitária nos distritos, os aterros controlados tiveram a maior participação relativa (41,1%), seguidos pelos lixões (25,2%) e aterros sanitários (18,1%). Comparativamente às sedes, os lixões têm maior participação na destinação final dos resíduos nos distritos.

Quanto à coleta seletiva, observou-se que essa prática ainda era incipiente em Minas Gerais em 2011. Somente 25,4% das sedes e 11,9% dos distritos declararam adotar a coleta seletiva dos resíduos sólidos.

Passando à drenagem pluvial urbana, as questões envolvidas se referem à amplitude e manutenção do sistema de manejo de águas pluviais; à periodicidade de ocorrência de inundações e alagamentos; ao acesso da população às informações específicas desse setor; aos recursos humanos empregados; e à política de responsabilidade social e ambiental adotada no município nessa área específica.

Considerando os municípios com rede de drenagem pluvial urbana, observa-se que no estado 92,8% das sedes municipais (788) possuíam rede

de drenagem em 2011. Já para os distritos, o valor foi menor, de 76,4% (574). A drenagem era gerida em sua totalidade, no ano de 2011, pelas prefeituras, sendo em cada uma a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos o principal órgão gestor.

Com relação à caracterização da rede de drenagem de águas pluviais dos municípios mineiros, um dos aspectos pesquisados diz respeito ao tipo de rede de drenagem. A rede pode ser do tipo unitária (também chamada de mista), quando os coletores de águas de chuva ou as galerias pluviais são utilizados também para o transporte do esgoto sanitário, ou do tipo rede separadora, quando os coletores para transporte de esgoto sanitário são separados das galerias pluviais. Entre as sedes e distritos de Minas Gerais que possuem rede de drenagem, mais da metade (52,3% e 54,3% respectivamente) tem rede do tipo unitária. A rede separadora estava presente em 47,7% das sedes e em 45,7% dos distritos.

Em 88,4% das sedes e em 68,2% dos distritos mineiros algum curso d'água corta a área urbana. Em 45,1% das sedes municipais onde cursos d'água cruzam a área urbana, eles estavam parcialmente ocupados por residências e ruas; em 24,7%, totalmente ocupados. Em 20,9% das sedes, os corpos d'água foram mantidos em estado natural; em somente 0,3% dos casos, as margens estavam ocupadas por parques e praças. Já nos distritos, o cenário era diferente: em 22,5% deles os cursos d'água foram mantidos em estado natural; em 41,4% eles estavam parcialmente ocupados por residências e ruas. Do total de sedes e distritos com cursos d'água cruzando a zona urbana, em 45,8% e 28,2%, respectivamente, ocorreram inundações.

A lei federal n. 11.445, de 2007, estipulou que os municípios deveriam elaborar, até 2015, seus planos municipais de saneamento básico, focalizando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, o manejo do lixo e das águas pluviais urbanas. Contudo, a maior parte dos municípios de Minas não cumpriu a exigência. Em 2011, 54% dos municípios não possuíam plano de abastecimento de água; 52% não possuíam plano de esgotamento; 67% não possuíam plano de manejos de lixo; e 76% não dispunham de plano de drenagem e manejo de águas pluviais. Os municípios sem planejamento não poderão receber, a partir de 2016, recursos federais para obras de saneamento e de meio ambiente.

Além disso, a Lei Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, estabeleceu o fim dos lixões, com prazo até agosto de 2016. No lugar dos lixões os

municípios deverão instalar aterros sanitários ou fórmulas equivalentes. A referida lei prevê a elaboração de planos municipais de resíduos sólidos, abrangendo o lixo urbano e também os resíduos produzidos por minerações, indústrias manufatureiras e outros empreendimentos.

A falta de planos municipais se deve, em grande parte, ao desaparecimento técnico das prefeituras, além das suas limitações financeiras. Uma alternativa é a de consórcios de municípios, que a legislação, por sinal, prevê no caso dos aterros sanitários. A integração de municípios começa a acontecer também sob outra modalidade: a de planos diretores de bacias hidrográficas.

Como em outros setores das políticas públicas, aqui também se abre ao governo estadual a oportunidade de dar apoio efetivo aos municípios para que eles elaborem planos de saneamento adequados e viáveis. Esse trabalho estaria a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru), contando com outros órgãos estaduais ligados à área ambiental.

MEIO AMBIENTE

O setor de saneamento é importante para uma análise do meio ambiente, mas há questões mais amplas, que vão além dele, a serem tratadas neste item.

Pelas suas características físicas e econômicas, o estado de Minas Gerais apresenta problemas ambientais em grande escala. E não é de hoje. Pode-se dizer que começou com a própria ocupação do território, por meio da exploração mineral.

Essa atividade, primeiro com o ouro, depois com o ferro e outros minérios valorizados, deixou um rastro de destruição que incomodava pela perda de recursos sem compensação equivalente. “Minério não dá duas safras”, diziam os antigos, como a resumir o senso de espoliação compartilhado amplamente em Minas. O que se desejava, durante muito tempo, era superar a condição colonial de produção da matéria-prima sem aproveitá-la internamente. Isso em parte foi conseguido, com a implantação da indústria siderúrgica e de outros ramos fabris. A poluição industrial, no entanto, passou a ser um incômodo a mais, bastando lembrar a presença de fábricas de cimento em áreas urbanas.

Não havia normas ou instituições para cuidar do assunto. O questionamento do impacto ambiental de tais atividades só entrou na agenda pública nas últimas décadas do século XX. A partir da Conferência de Estocolmo, de 1972, o Brasil construiu aos poucos uma política para o meio ambiente. Em Minas, o primeiro passo foi dado em 1975 com a criação de uma diretoria dedicada ao tema na Fundação João Pinheiro, como braço de um sistema estadual de ciência e tecnologia que se formava naquele momento. Mais adiante, criou-se a Comissão de Política Ambiental dentro do mesmo sistema. Em 1983, essa comissão foi transformada no Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), com funções estratégicas de deliberação e regulação. Posteriormente, outros órgãos foram surgindo e se refundindo. A Secretaria de Meio Ambiente foi criada em 1995 a partir de um fórum temático promovido pela Assembleia Legislativa, com os diversos setores interessados na área.

O sistema estadual de meio ambiente, no formato atual, compreende a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad; a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam); o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam); o Instituto Estadual de Florestas (IEF); os Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs) das Secretarias e integrantes do Copam; a Polícia Ambiental, o Comitê de Fiscalização Ambiental Integrada (CGFAI) e os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs).

Na esfera local, os municípios grandes e médios mantêm unidades de gestão ambiental – secretarias ou departamentos. Existem também os conselhos municipais de meio ambiente, com composição mista, de representantes das prefeituras e da sociedade civil.

Os alvos principais são o impacto da mineração, a preservação dos recursos hídricos e o desmatamento.

O efeito ambiental da mineração se observa em vários níveis. Há um impacto direto no entorno das minas e nas localidades adjacentes. Várias delas são cidades ou vilas de origem colonial, e assim seu patrimônio histórico e artístico fica vulnerável à poluição. O caso mais emblemático atualmente é o de Congonhas, onde há um notável acervo de arte barroca que lhe valeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Congonhas é circundada por jazidas minerais de alto teor. E paga um preço elevado por isso. De cidade turística passou a cidade encardida, como dizem os habitantes, pela poeira e pela lama que os veículos trazem das minas de ferro

para as ruas. Das barragens de rejeitos, várias ficam na área urbana, muito perto de bairros populares, o que gera um clima de permanente conflito dos moradores com as empresas.

O risco da mineração foi exposto de modo dramático em fins de 2015, com o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco, no município de Mariana. Considerado o maior desastre ambiental do país, suas consequências sociais e biológicas ainda estão por avaliar na totalidade. Envolveram a destruição das comunidades adjacentes, a perda de vidas e das posses dos habitantes, a degradação do rio Doce com o que havia no seu curso em termos de fauna e flora, até à foz no estado do Espírito Santo. A gravidade do acidente impõe uma discussão séria a respeito de mudanças tecnológicas nas minas para acabar com as barragens e reaproveitar os rejeitos.

Outro tipo de impacto ambiental da cadeia da mineração ocorre no transporte dos produtos. O transporte por ferrovia é o mais tradicional, utilizado para levar os minérios aos portos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Quando se usam as rodovias, o pavimento é danificado pela carga pesada dos caminhões, sem falar da poeira e da lama que estes vão espalhando sem cuidado. Uma terceira modalidade é a dos minerodutos, extensas tubulações por onde o minério, misturado com água, é bombeado da mina até o litoral. Trata-se de meio de transporte muito mais barato do que os outros dois. Requer, porém, uma grande quantidade de água. Calcula-se que os minerodutos em funcionamento (três da Samarco e um da Anglo American) contam com uma outorga de captação de água suficiente para suprir uma cidade de 1.600.000 habitantes. Há mais dois em fase de licenciamento, planejados por outras empresas.

O sistema de dutos chama atenção para o tema dos recursos hídricos. No caso, o problema principal é o elevado volume de água que é necessário para levar o minério, num cenário de eventual escassez. Outra questão em pauta é a da poluição dos rios e lagos pelo despejo de resíduos domésticos e industriais. Problema antigo, que se agrava com a urbanização e que é justamente o alvo das políticas de saneamento mencionadas há pouco. Dada a hidrografia de Minas Gerais, que abrange as vertentes de várias bacias (dos rios São Francisco, Paraná, Doce, Jequitinhonha, Mucuri, Pardo etc.), as estratégias de saneamento devem atingir maior escala, para além dos municípios. Daí o enfoque nas bacias, com planos diretores e mecanismos de controle do uso dos rios. O estado de Minas possui atualmente 36 comitês de

bacias hidrográficas, criados entre 1998 e 2009, que reúnem representantes do poder público (estadual e municipal), dos usuários de água (indústria, mineração, agropecuária, turismo etc.) e da sociedade civil.

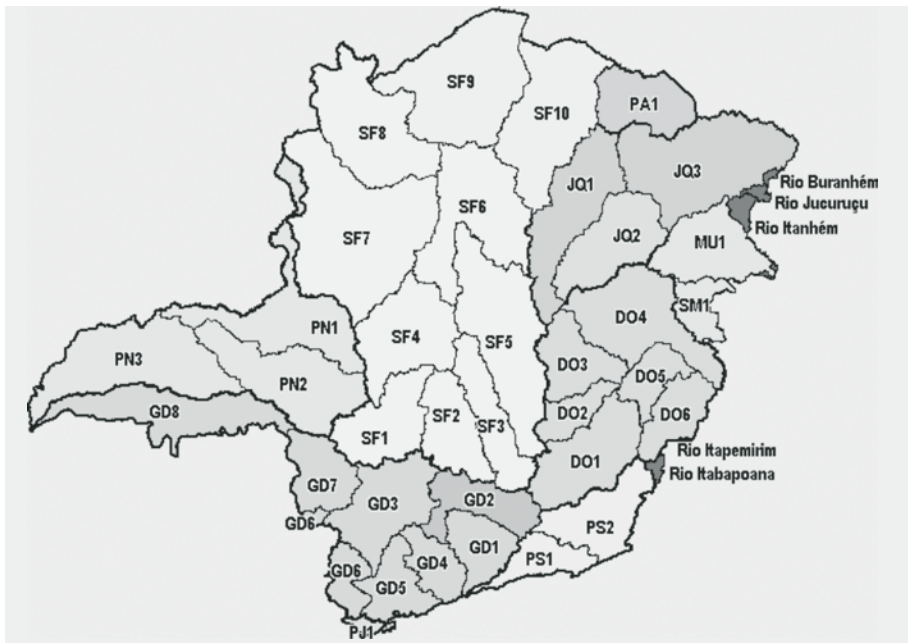
O Mapa 4 mostra as áreas dos comitês de bacias, que preenchem praticamente todo o território do estado.

O projeto de transposição do Rio São Francisco para abastecer estados do Nordeste, que está em execução há vários anos, desencadeou amplo debate sobre a degradação socioambiental do rio e de sua bacia. Os canais da transposição se iniciam em Pernambuco, portanto muito longe de Minas, e não afetam diretamente os ribeirinhos mineiros. O que se tem debatido é que, sem a revitalização do rio como um todo, não haverá como abastecer regularmente os estados nordestinos afligidos pela seca. O rio perdeu mais de um terço de sua vazão durante a segunda metade do século XX; em vários pontos está bastante assoreado, o que dificulta a navegação; e a po-

97

Mapa 4

Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais



Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). 1

Siglas: DO = Rio Doce; GD = Rio Grande; JQ = Rio Jequitinhonha; MU = Rio Mucuri; PN = Rio Paranaíba; PA = Rio Pardo; PJ = Rios Piracicaba e Jaguari; PS = Rio Paraíba do Sul; SF = Rio São Francisco; SM = Rio São Mateus.

luição das águas por resíduos lançados das muitas cidades que o margeiam é outra fonte de preocupação.

A proposta da transposição incluía a revitalização como parte integrante do empreendimento. Essa demanda, a rigor, vinha de antes e foi dinamizada com o lançamento da transposição. Adotou-se, a partir daí, um programa de revitalização, com intervenções em saneamento básico e saneamento ambiental, bem como na recuperação de matas ciliares, ajudando assim a diminuir o assoreamento do rio. Para tanto, investimentos do governo federal, por si ou em parceria com os governos estaduais, têm sido realizados desde 2004, quando foi lançado o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Os críticos reconhecem esse trabalho, mas o consideram muito inferior ao necessário, em comparação com o grande volume de recursos destinado à obra da transposição.

Além da mineração e dos rios, um terceiro tema que se destaca no passivo ambiental mineiro é o do desmatamento. Essa é uma preocupação antiga, pois o Instituto Estadual de Florestas (IEF) foi criado em 1962 e muito antes disso o uso intensivo da lenha como combustível pela população já era questionado em documentos oficiais. Alguma legislação também havia para regular a exploração de madeira, principalmente nas extensas áreas devolutas de Minas.

O território mineiro é ocupado, em partes mais ou menos iguais, por dois biomas: a Mata Atlântica e o Cerrado. Um pequeno trecho, ao norte, abriga um terceiro bioma, a Caatinga. A perda de vegetação nativa afeta os três biomas. Segundo o IEF, em 2015 ainda restavam 57,44% da Caatinga, 39,44% do Cerrado e 23,26% da Mata Atlântica originais.

A lenha foi gradualmente substituída pelo gás e pela eletricidade nas casas dos mineiros, mas o desmatamento prosseguiu por outras razões, mais difíceis de controlar. Uma parte do problema resultou da ação de madeireiros e agricultores para fazer pastagens. Ao lado disso, é notória a devastação provocada pelos carvoeiros, que produzem carvão vegetal para uso das usinas siderúrgicas, de ferro gusa e de aço.

A produção de carvão ocorre principalmente no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. A partir da década de 1970, essas zonas passaram por mudanças sociais e ambientais provocadas pela ocupação de terras por empresas interessadas em substituir as matas nativas por extensas plantações de eucaliptos. Uma parte dessas terras foi arrendada do governo

estadual, mas houve também muita ocupação por grilagem. No entanto, não eram terras vazias ou ociosas, e isso tornou a questão ainda mais grave. Naquela parte do estado vivem os chamados “geraizeiros”, populações tradicionais de pequenos agricultores dedicados à lavoura (cereais, frutas e verduras), à criação de animais e ao extrativismo. Os geraizeiros, exemplares no manejo sustentável da biodiversidade, são muito reputados por seus conhecimentos de ervas medicinais. Suas características peculiares têm sido reveladas por pesquisadores voltados para a questão da sustentabilidade, como Dayrell (1998).

Encurralados pelos empreendedores da monocultura do eucalipto, os geraizeiros alcançaram, não obstante, uma vitória ao serem reconhecidos formalmente como uma das populações tradicionais do país. O decreto n.6.040, de 2007, os incluiu no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, dando sequência ao reconhecimento conferido pela Constituição aos indígenas e quilombolas.

Eucaliptos foram plantados em muitos outros locais do estado, com efeitos similares. O impacto ambiental se faz sentir pela perda da vegetação nativa e pelo ressecamento do solo. O eucalipto é espécie vegetal com ótimas qualidades para uso industrial (no caso de Minas Gerais, nos ramos de siderurgia e de papel/celulose), mas frequentemente danosa ao seu entorno – físico e social. Os resultados foram, com o tempo, percebidos e questionados pela população, prejudicada em sua pequena agricultura, quando não simplesmente deslocada ou expulsa de seu habitat.

ESTADO E GESTÃO PÚBLICA

Como tema conclusivo deste estudo, examinamos em linhas gerais a gestão pública estadual. Nesse terreno, uma questão de grande relevo é a do papel do Estado em Minas Gerais.

À primeira vista, não há diferença entre os estados do Brasil quanto à faixa de atuação dos seus entes públicos. No entanto, o caso de Minas contém algo singular, que foi salientado na Introdução: a sua heterogeneidade e a baixa integração entre as suas zonas componentes. É o Estado – o governo estadual e seus agentes nos três poderes – que articula a unidade mineira, que dá a ela um sentido que não emana nem das relações econômicas internas nem da cultura e da sociedade.

Temos, em segundo lugar, a importância da atuação do Estado como provedor de serviços que atendem principalmente à população mais carente. As políticas públicas da área social ocupam lugar preponderante nesse item: educação, saúde, assistência social.

O terceiro ponto se refere à economia. Registra-se uma longa história de esforços governamentais em prol da promoção do desenvolvimento regional, tanto no plano das instituições, quanto no plano propriamente político. Esta trajetória foi mencionada na seção “Economia: Balanço e Perspectivas” deste livro, em que também se indicou a perda gradual de

foco da administração mineira, devido a problemas financeiros e a uma espécie de paralisia institucional no fim do século XX. Na sequência, implantou-se um modelo de cunho neoliberal. Houve a inflexão para uma linha minimalista na atuação do poder público. Essa inflexão resultava de opções ideológicas, mas também da constatação da realidade financeira do Estado, que desafiava os governantes desde a década de 1980.

A DÍVIDA PÚBLICA E AS POLÍTICAS DE AJUSTE FISCAL

Os estados brasileiros, como entes da Federação, dispõem de relativa autonomia em matéria de política econômico-financeira, fator que abriu espaço a Minas Gerais para formular diversas iniciativas de desenvolvimento ao longo do século XX. Essa autonomia foi incrementada pela Constituição de 1988, mas em um quadro de desorganização financeira crescente do país (e, assim, dos estados).

O contexto político do processo de democratização refletia o poder dos governadores como “barões da Federação”, no dizer de Abrucio (1998). Nessa fase emergiu um padrão de “ultrapresidencialismo estadual”, caracterizado pelo controle pessoal dos governadores sobre os três poderes, mediante diversos canais de influência. Na esfera econômica, eles lançavam mão de instrumentos como empréstimos internacionais e empréstimos dos seus próprios bancos públicos, para financiarem seus projetos e suas despesas. No caso de Minas, havia vários: o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), o centenário Banco de Crédito Real e a MinasCaixa, sem contar o Banco de Desenvolvimento (BDMG).

Na esteira da crise da dívida externa, que afetou o Brasil e os países do Sul em geral, os estados brasileiros ficaram em sérios apuros. A solução eventual foi a federalização da dívida, que ocorreu por etapas.

Em 1994, com o Plano Real, o governo federal complementou sua estratégia de estabilização da moeda com medidas de centralização da gestão econômica. O fim da inflação afetou bastante a capacidade dos estados de manejar receitas e despesas.

Em 1997, o governo federal resolveu enfrentar diretamente o problema dos estados com uma proposta de assumir suas dívidas e escalonar o pagamento conforme certos critérios, e em troca de contrapartidas de ajuste fiscal. A mais visível: os estados abririam mão dos seus bancos. E assim se

fez, por privatização ou por liquidação.⁹ A Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, acrescentou novos elementos ao ajuste, tal como o limite de despesas com pagamento de servidores.

A Lei n. 9496, de 1997, norteou a renegociação da dívida mobiliária dos estados. O prazo de quitação seria de 30 anos para a maior parte dos estados (três refinanciaram por 15 anos). O débito seria corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Conforme o montante de pagamento inicial, a taxa de juros variaria de 6% a 7,5% reais ao ano. Se um estado pagasse 20% como abatimento inicial, sua taxa seria de 6% ao ano. Minas Gerais e alguns outros abateram apenas 10% e assim sua taxa passou a ser de 7,5%.

A princípio, funcionou; porém, houve gradual piora da situação com a questão do indexador. Com efeito, o IGP-DI se elevou bastante com a desvalorização do câmbio, depois das eleições de 1998. Assim, o perfil da dívida não melhorou, ao contrário.

REFORMA DO ESTADO: O CHOQUE DE GESTÃO

A gravidade do problema, contudo, só se faria sentir bem mais tarde. É verdade que, diante da escalada do serviço da dívida com a União, o governador Itamar Franco decretou uma rumorosa moratória, que terminou em acordo por volta de 2002. O governo seguinte, de Aécio Neves, não retomou a discussão. Foi ajudado pelo crescimento da economia e pela expansão das rendas geradas pelas *commodities*.

Ao mesmo tempo, o governo empreendeu uma política de ajuste: o “choque de gestão”. Tratava-se da aplicação de uma estratégia de reforma administrativa que tinha uma finalidade conjuntural, de redução do problema fiscal, mas tinha também sentido estrutural, de aprimorar o funcionamento do Estado.

A última reforma da máquina estatal em Minas datava do fim da década de 1960: uma iniciativa de modernização da gestão burocrática, numa linha de qualificação técnica (ou mesmo tecnocrática), que introduziu o conceito de sistemas operacionais, conforme as áreas de políticas públicas –

9. Das instituições mineiras, o Bemge e o Crédito Real foram privatizados e a MinasCaixa liquidada. No entanto, o Banco de Desenvolvimento permaneceu, a despeito da intenção federal de transformar tais organismos em simples agências de fomento.

educação, saúde, segurança, transportes, finanças, agricultura etc. Reestruturou-se o quadro de atividades para além do velho modelo de secretarias estanques, herdado dos tempos em que o estado era limitado, técnica e financeiramente.

Desde então o mundo mudou e as concepções da administração pública passaram por revisão profunda, no contexto de ascensão das ideias neoliberais. O modelo burocrático de gestão foi criticado como ineficiente, e em seu lugar surgiu a proposta de um padrão gerencial inspirado na administração de empresas privadas. Seu foco era a flexibilização dos meios e a orientação para a busca de resultados. A aplicação da lógica empresarial ao setor público derivou de formulações como a do movimento “reinventando o governo” e a “terceira via”, construídas nos países do Norte e difundidas para os do Sul sob diversos matizes.

A reforma da administração em Minas assumiu essa fórmula, bem traduzida pelo lema “Estado para resultados”. Ela se desdobrou em duas etapas. A primeira foi assinalada pela elaboração de cenários para o futuro, resultando em orientações estratégicas. Sobre essa base foi definida uma carteira de projetos estruturadores (30 projetos para catalisar o desenvolvimento estadual). Enquanto se executavam tais projetos, foi realizado o ajuste fiscal, para equilibrar as contas públicas. “Estado para Resultados” foi a segunda etapa. A gestão por resultados tinha como premissa incorporar as práticas de monitoramento e avaliação ao ciclo de vida das políticas públicas. Pela construção de um sistema de indicadores e avaliação de resultados se chegaria a desenvolver uma nova cultura de gestão.

Os efeitos dessa iniciativa foram comentados pelos seus proponentes como altamente positivos, como se lê nos diversos estudos dedicados ao projeto.¹⁰ A meta de tornar a máquina mais eficiente, capaz de prover melhores serviços, é facilmente compreensível e adequada. Vem ganhando peso, por sinal, na agenda pública brasileira, sobretudo a partir das jornadas de junho de 2013. No entanto, o ponto controverso diz respeito à equação entre serviço público e lógica empresarial, o que incide diretamente no papel dos servidores públicos. Nesse sentido, não surpreende que tenham sido os professores os mais resistentes ao “choque de gestão”, pelos motivos que foram anotados no capítulo sobre Educação deste livro.

10. As fontes principais são as coletâneas organizadas por Vilhena (2006) e por Guimarães et alii (2010). Para uma visão crítica dessa vertente de reforma do Estado, veja Paula (2005).

Pelo lado mais imediato, relativo ao problema fiscal, também emergiram controvérsias. Após uma série de medidas iniciais de corte de gastos e aumento das receitas, o governo estadual, ainda em 2004, começou a vislumbrar o equilíbrio das contas públicas mais cedo do que o previsto. E assim lançou mão da retórica do “déficit zero”, bem divulgada, dentro e fora de Minas, já na perspectiva de projetar Aécio Neves como nome nacional.

Sem ignorar o impacto do ajuste fiscal promovido nos primeiros anos do “choque de gestão”, o fato é que a melhora substancial da economia brasileira a partir de 2004 proporcionou o aumento das receitas estaduais. Disso resultou que a administração mineira não só progrediu na questão fiscal, como ganhou espaço para investimentos.

No entanto, daí a falar em *déficit* zero vai uma considerável distância. Como mostrou Fabrício de Oliveira, um dos principais especialistas brasileiros em finanças públicas, esse mito se baseou no conceito de resultado orçamentário, pelo qual se excluía os encargos da dívida com a União que deixaram de ser pagos no período e que eram incorporados ao seu estoque. Portanto, conforme Oliveira e Gontijo:

ao contrário da propaganda oficial, o estado teria incorrido em gigantescos déficits nominais durante toda a gestão do governador Aécio Neves, o que explicaria a manutenção da trajetória preocupante de crescimento da dívida pública também neste período” (2012, p. 93)

OS DILEMAS ATUAIS

A relativa complacência do governo de Minas com a questão da dívida perdurou até 2011. Nesse ano, recomeçaram as discussões sobre a sustentabilidade das contas mineiras. E, com o fim do período das “vacas gordas” no país, o problema voltou agudamente à cena política.

Da parte dos estados, lançaram-se tentativas de negociação nos primeiros anos da presidência de Dilma Rousseff. As autoridades federais reconheciam o problema, mas tinham dificuldade em abordá-lo, já num quadro de desajuste fiscal e sob permanente monitoramento das agências de análise de risco e do “mercado”. Estes viam qualquer abertura para os estados como sinal de fraqueza e falta de rigor da União com o seu próprio *déficit* em elevação.

Pode-se dizer que, no debate atual desse assunto, se chocam duas visões diametralmente opostas. Uma descreve os estados como perdulários, mal administrados, em comparação com a União, pilar da austeridade, que procura resolver a situação desde a década de 1980. A outra descreve a União como verdadeira agiota, a sangrar os estados fragilizados por medidas emanadas de Brasília desde a década de 1980. Por efeito dos acordos de 1997 e do malfadado IGP-DI, teria ocorrido um colossal confisco de recursos estaduais pela União ao longo do tempo.

Seja como for, a certa altura o governo Dilma Rousseff se abriu ao entendimento, acenando com a contrapartida dos estados sob a forma de apoio à aprovação de mudanças no ICMS, destinadas a acabar com a “guerra fiscal”. Essa era uma preocupação governamental já de alguns anos.

A primeira medida concreta, porém, adotou outro caminho. A Lei Complementar n. 148, de 2014, definiu a troca do indexador: do IGP-DI mais juros de 6% a 9% passou para o IPCA mais 4% ou a variação da Selic, o que for menor. Tal mudança seria aplicada retroativamente, a partir de 31 de dezembro de 2012. Essa lei foi regulamentada pelo decreto n. 8.816, de 2015, que estabeleceu nova fórmula de cálculo das dívidas, com incidência capitalizada da taxa Selic, no lugar da antiga correção pelo IGP-DI. A troca do indexador era, sabidamente, a grande aspiração dos estados devedores.

A questão das contrapartidas foi retomada no fim de 2015 em proposta do governo federal negociada com os governadores – o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal para estimular o reequilíbrio fiscal. O auxílio se daria pelo alongamento do prazo de quitação por 20 anos, significando para Minas Gerais uma redução de R\$ 1 bilhão por ano, alívio não desprezível. E, em segundo lugar, pela redução extraordinária de 40% da prestação mensal, por dois anos, ou seja, uma espécie de carência parcial. Os estados, por sua vez, deveriam tomar medidas fortes de controle de gastos, sobretudo nas despesas com pessoal: suspender contratações; não conceder aumento salarial com exceção do reajuste linear anual; vedar novos incentivos tributários; instituir regime de previdência complementar etc. Não voltou à baila a questão do ICMS.

O sentido da exigência de contrapartidas, para a União, é de que o governo só pode assinar os aditivos aos contratos de renegociação das dívidas se ficar demonstrada a capacidade de pagamento de cada estado ou município beneficiado. É preciso aprovar uma proposta que tenha equilíbrio entre

o alívio de curto prazo e as medidas saneadoras que asseguram o futuro. Senão, os estados não terão capacidade de pagamento no correr do tempo.

Minas Gerais está entre os estados em pior situação, ao lado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. A renegociação de 1998 envolveu uma dívida de R\$ 13 bilhões, cujo serviço representou, para Minas, o pagamento de R\$ 42 bilhões até abril de 2016, mas o estado ainda está devendo R\$ 70 bilhões. É, visivelmente, um compromisso inviável.

O *déficit* orçamentário mineiro, em 2016, é de R\$ 8,9 bilhões. Diante dessa realidade, surge a dificuldade de pagar os salários e os fornecedores, sem que se possa vislumbrar algum espaço para investimentos. A preocupação constante do governo é como reduzir custos.

Cabe notar, finalmente, que nos últimos tempos não foi o serviço da dívida com a União que agravou a situação fiscal dos estados. Ele é alto, mas não cresceu a ponto de estrangular os estados. O problema principal estaria na distância entre receitas declinantes e despesas crescentes. O crescimento das despesas se deu principalmente com o pagamento de servidores, tanto ativos quanto inativos. Esse crescimento veio na esteira do aumento do endividamento dos estados, desde 2012, quando o governo federal elevou o limite para operações de créditos dos estados e municípios.

PERSPECTIVAS

A gravidade da crise financeira tende a confinar o governo estadual num circuito limitado, preso a preocupações de curto prazo. Como pagar as contas a cada mês? No entanto, apesar desse enorme obstáculo, é preciso ir além e abrir perspectivas de futuro.

Em 2014, o Partido dos Trabalhadores chegou pela primeira vez ao governo de Minas Gerais. A agenda que se descortinava para o novo mandato era promissora, tendo em vista o esgotamento da fórmula político-partidária anterior – que, basicamente, era a mesma desde o início da década de 1980.

No decorrer deste livro, em cada capítulo se encontram observações e sugestões para atender a problemas ali analisados. Nesta breve conclusão, são apontadas cinco diretrizes estratégicas para o futuro.

1. Um novo ciclo em Minas deve se orientar para a promoção de avanços democráticos e sociais. Assim, o governo deve se empenhar em fortalecer instâncias participativas, quando já existentes, e em instituí-las onde ainda não existam. Com o mesmo espírito, iniciativas de descentralização administrativa, da capital para as regiões, são relevantes em um território tão vasto e tão heterogêneo como o mineiro;

2. No plano social, o governo de Minas teve historicamente um desempenho bem limitado. Portanto, há todo um terreno a ser trabalhado na

área do desenvolvimento social, inclusive numa perspectiva intersetorial, capaz de estabelecer vínculos entre as políticas de assistência, da educação, da saúde e de desenvolvimento agrário, assim como dessas com a política econômica. A equipe do governo Fernando Pimentel, a partir de 2015, tem conseguido bons resultados na ampliação do escopo da política social. E o mesmo ocorreu na nova relação que estabeleceu com os professores, para reabilitar as carreiras da educação e resolver o problema do piso salarial;

3. A recuperação do papel do estado é outra meta estratégica. Trata-se de valorizar a estrutura existente e de recuperar instituições que podem dar maior contribuição do que vinham dando no ciclo anterior de governos mineiros;

4. Um estado revalorizado é necessário para recuperar a visão do desenvolvimento como projeto – algo que constituiu um ponto forte da trajetória mineira ao longo do século XX. E, nesse campo, um alvo recorrentemente apontado é a diversificação da economia estadual, para superar as vulnerabilidades da especialização produtiva. E também para contemplar as diversas áreas do estado, com suas vocações e características próprias;

5. Atenção especial deve ser dada à inovação, para superar velhos paradigmas produtivos e incrementar a produtividade. O avanço na direção das novas tecnologias supõe um sistema bem integrado entre a ciência e a tecnologia. E, para tanto, a rede universitária mineira constitui recurso precioso, que permite somar a pesquisa científica e a inovação tecnológica com a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO Brasileiro de Educação Básica. São Paulo: Movimento Todos pela Educação/Moderna, 2015.

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da Federação*: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.

BANCO CENTRAL. Economia Mineira: estrutura produtiva e desempenho recente. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, janeiro de 2013.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo; MARTINS, Sheyla Borges, org.. *Violências em perspectiva*: estudos, pesquisas e apreensões do cotidiano. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Guimarães. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2002.

CERQUEIRA, Beatriz. Depoimento à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: *Debate Situação dos educadores estaduais*. www.facebook.com/minassemcensuraoficial.

CNMP/Conselho Nacional do Ministério Público. *Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011*: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 1996.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FJP (2003). Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. *Perfil demográfico do Estado de Minas Gerais - 2000*. Belo Horizonte, 2003.

FJP (2011a). Fundação João Pinheiro. *População de Minas Gerais: primeiros resultados do censo demográfico de 2010*. Belo Horizonte, 2011.

FJP (2011b). Fundação João Pinheiro/Centro de Estatística e Informação. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais 2010*, Relatório Anual. Belo Horizonte, 2011.

FJP. Fundação João Pinheiro/Centro de Estatística e Informação. *Boletim PAD-MG – Pesquisa por Amostra de Domicílios/2011*. Belo Horizonte, ano 1, n. 3, junho 2012.

FIEMG. Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. *Cresce Minas: um projeto brasileiro*. Belo Horizonte, FIEMG, 2000.

FIGUEIRÊDO, Lízia de; RESENDE, Guilherme Mendes (2013). Crescimento econômico em Minas Gerais, 1970-2010. BDMG, *Caderno Econômico*, Belo Horizonte, n. 22, abril de 2013.

GUIMARÃES, Tadeu; PORDEUS, Iran; CAMPOS, Eder, org.. *Estado para resultados: avanços no monitoramento e avaliação da gestão pública em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Serviços de Saúde 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. *Perfil de Minas Gerais 2011*, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. *Síntese de Indicadores da PNAD 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INFOPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Situação Social nos Estados – Minas Gerais*. Brasília: IPEA, 2015.

LOPES, André Luiz; GUSMÃO, Gisele. A relação entre pobreza e desigualdade na região Norte de Minas Gerais. *XV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, 29-31 de agosto de 2012.

MARQUES, Antônio Jorge; MENDES, Eugenio Vilaça; TAVARES JUNIOR, Francisco; CASTRO, Lucas Albionti de. O Sistema de monitoramento e avaliação: o caso da saúde em Minas Gerais. In: *Estado para resultados*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de Água e Esgotos – 2013*. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2014.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; GONTIJO, Cláudio. *Dívida pública do Estado de Minas Gerais: a renegociação necessária*. Belo Horizonte, 2012.

PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Relações intergovernamentais e descentralização: uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, junho de 2011.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RAMOS, Davidson Afonso de. *Sociedade civil, burocracia estatal e iniciativa privada: estudo do Programa Minha Casa, Minha Vida*. Tese de Doutorado em Sociologia, UFMG/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, Adriana; FERREIRA, Frederico; RIANI, Juliana; MARINHO, Karina; CAMARGOS, Mirela. Tendências demográficas em Minas Gerais e implicações para as políticas públicas. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 27, n. 2, jul/ago, 2012.

RIBEIRO, Ivo; ALONSO, Olivia. Cresce disputa com aço importado. *Valor Econômico*: São Paulo, 24 de março de 2014, p. B1.

SAPORI, Luiz Flávio; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Por que cresce a violência no Brasil?* Belo Horizonte: PUC Minas/Autêntica Editora, 2014.

SCHMIDT, Benício; MARINHO, Danilo; ROSA, Sueli. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: UnB, 1998.

SIMÃO, Rosyler Cristina Santos. *Distribuição de renda e pobreza no Estado de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada, Piracicaba: ESALQ-USP, 2004.

SIQUEIRA, Sueli. *Sonhos, sucessos e frustrações na emigração de retorno: Brasil/Estados Unidos*. Belo Horizonte: Argumentum/Fino Traço, 2009.

VIEIRA, Marta; LOBATO, Pedro. Hora de diversificar a economia mineira. Entrevista com Wilson Brumer. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2007, Caderno de Economia, p. 2.

VILHENA, Renata. *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOBRE O AUTOR

Otávio Soares Dulci é sociólogo e cientista político. Foi professor de Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integra atualmente o Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). É autor de diversos estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais e sua trajetória política, além de publicações sobre temas sociais e políticos do Brasil moderno. Organizou recentemente a obra *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*, para a coleção Intelectuais do Brasil (Editora Fundação Perseu Abramo/Editora UFMG, 2013).

O livro *Minas Gerais 2000-2015* foi impresso na Graphium para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Offset 75g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Neste livro, o autor apresenta um panorama atualizado do estado de Minas Gerais. Como nos demais volumes da coleção, a obra traz dados sobre o território mineiro, a demografia, uma análise da economia estadual, as dimensões sociais e recentes políticas públicas, informações e dados sobre infraestrutura e um diagnóstico da gestão governamental. Será observado o impacto das políticas e programas federais no cenário regional. Atingindo um dos objetivos da coleção, pretende conduzir a propostas e indicações de políticas



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-570-8041-6



9 788557 080416